



Gazeta Valeparaibana

Máximas

“Tudo que o homem não conhece não existe para ele. Por isso o mundo tem, para cada um, o tamanho que abrange o seu conhecimento”.

Carlos Bernardo G. Pecotche

“O espectro político esquerda-direita é criação nossa. Na verdade, reflete cuidadosamente nossa polarização artificial minuciosa da sociedade, dividida em questões menores que impedem que se perceba nosso poder”

A tecnocracia oculta do Poder

EDITORIAL

Sobre Cidadania

É importante lembrara que como cidadãos não temos só direitos, mas também **deveres** para com a nação, além da obrigação de lutar pela igualdade de direitos para todos, de defender a **pátria**, de preservar a natureza e de fazer cumprir as leis.

Quais são os direitos e deveres do cidadão?

Leia mais Página 2

CRÔNICA DO MÊS

O que é ser ético?

A palavra ética vem do grego *ethos* e significa costume, também pode ser *modo de ser*.

Podemos dizer que a ética está ligada as nossas ações, aquilo que é certo ou errado.

Leia mais Página 3

Estudo destaca o papel da diplomacia de Daomé no tráfico de escravos para o Brasil

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados e o último do Ocidente a abolir formalmente a escravidão. Estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham sido transportados para o Brasil e vendidos como escravos.

Outros 670 mil teriam morrido no caminho. .

Leia mais Página 12



Origem da calçada portuguesa: tudo começou por causa de um rinoceronte

Sabia que a origem da calçada portuguesa se deve a um rinoceronte chamado Ganga? Descubra a curiosa história das pedras que enfeitam as ruas portuguesas.

Leia mais Página 7

Um surto de coronavírus pode ter varrido o leste da Ásia 20 mil anos atrás.

Resultados de pesquisa publicada na Current Biology mostram como a busca por traços genéticos de surtos virais históricos pode nos ajudar a tratar os surtos do futuro.

Leia mais Página 5

Em marcha, a Educação uberizada

Professores são substituídos por aulas gravadas; as trocas coletivas, pelo ensino remoto; robôs para atender alunos. Discurso de modernização é usado para corte de verbas e precarização. Evitar distopia requer “trabalho vivo” e disputar as tecnologias.

Leia mais Página 10

Nossa memória no futuro

As duas primeiras décadas do século XX ficaram na memória de brasileiros e europeus como tempos sombrios. Lá ocorriam guerra, revoluções e uma epidemia, a gripe espanhola.

Leia mais Página 13

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Diário de um padrasto:

Antes de entrar, bata na porta!

Educar pode ser mais simples do que imaginamos, talvez pelos métodos tradicionais não seja uma tarefa livre de complicações, afinal, quem nunca escutou a frase "Eu falo uma, falo duas, falo mil vezes e não obedece, só com o chinelo mesmo"

Leia mais Página 4

Como os navios dos Templários deram origem ao Império Português

Enquanto eram perseguidos em toda a Europa, Portugal resolveu dar apoio e asilo aos Templários. Mais tarde, contribuíram para construir o Império Português.

Leia mais Página 6

A morte da língua indígena e dos saberes ancestrais.

Da aspirina à morfina, nossa vasta farmacopeia deriva do saber indígena e da biodiversidade.

Leia mais Página 14

Ditados Populares

ONDE JUDAS PERDEU AS BOTAS

Esta expressão é usada para designar um lugar distante, desconhecido e inacessível. Existe uma história não comprovada que relata que, após trair Jesus, Judas enforcou-se descalço em uma árvore, porque havia posto o dinheiro que ganhara por entregar Jesus dentro de suas botas. Quando os soldados viram que Judas estava descalço, saíram em busca dos mesmos e do dinheiro da traição. Nunca ninguém ficou sabendo se as botas foram achadas. Acredita-se que foi assim que surgiu tal expressão.

PENSANDO NA MORTE DA BEZERRA

A história mais aceitável para explicar a origem da expressão é proveniente das tradições hebraicas, nas quais os bezeros eram sacrificados para Deus como forma de redenção de pecados. Um filho do rei Absalão tinha grande apego a uma bezerra que foi sacrificada. Assim, após o animal morrer, ficou se lamentando e pensando na sua morte meses a fio. Foi desta forma que surgiu tal expressão.

PRA INGLÊS VER

A expressão surgiu por volta de 1830, quando a Inglaterra exigiu que o Brasil aprovasse leis que impedissem o tráfico de escravos. No entanto, todos sabiam que essas leis não seriam cumpridas. Assim, elas teriam sido criadas apenas "para inglês ver". Foi assim que surgiu a expressão.

RASGAR SEDA

Tal expressão, utilizada quando alguém elogia demais outra pessoa, surgiu através da peça de teatro do teatrólogo Luís Carlos Martins Pena. Nela, um vendedor de tecidos usa o pretexto de sua profissão para cortejar uma moça e começa a elogiar exageradamente sua beleza, até que a mulher percebe a intenção do rapaz e diz: "Não rasgue suas sedas, que se esfiapa." Foi assim que surgiu a expressão.

[Mês que vem tem mais...](#)

Colaboraram nesta edição

Colaboradores Habituais:

Mariene Hildebrando
Genha Auga
Loryel Rocha
Filipe de Sousa

Colaboradores Eventuais Nesta Edição:

José Tadeu Arantes
Elaine Tavares
Yassine Souilmi
Pedro Augusto Pinho
Raquel Torres
Nurit Bensusan

Fontes:

Vortexmag
mundoadvogados.com.br
Calendar

EDITORIAL

Sobre Cidadania

É importante lembrar que como **cidadãos** não temos somente **direitos**, mas também **deveres** para com a nação, além da obrigação de lutar pela igualdade de direitos para todos, de defender a **pátria**, de preservar a natureza e de fazer cumprir as leis.

Quais são os direitos e deveres do cidadão?

Ter acesso à educação, à saúde e ao trabalho. Respeitar o pensamento do próximo e agir dentro da Lei. Esses são alguns dos direitos e deveres do cidadão, previstos na Constituição Federal.

Quais são os direitos e deveres do cidadão?

Como prevê a Constituição Federal, o cidadão brasileiro possui uma série de direitos garantidos por lei. Do mesmo modo, necessita cumprir deveres também pré-estabelecidos, sob o risco de pagar multas e, até mesmo, de ser preso.

No entanto, por uma questão ou outra, o cidadão nem sempre vê seus direitos respeitados. Cabe destacar que esse desrespeito não advém somente de um terceiro, mas também pode ocorrer por parte do Estado, que deixa de cumprir o que está previsto na Lei.

Diante de situações assim, uma das alternativas que o cidadão tem é tratar de garantir seus direitos judicialmente. Também de maneira judicial, pode se defender quando acusado de cometer alguma infração prevista na Constituição.

Principais direitos do cidadão

De acordo com a Constituição Federal, o cidadão é amparado por leis e ainda conta com respaldo do Estado em situações envolvendo educação, saúde e trabalho, por exemplo. Veja os principais direitos do cidadão:

Direitos fundamentais: a Constituição Federal prevê que todo cidadão tenha acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, segurança, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, lazer, vestuário, alimentação e transporte.

Direitos iguais: mulheres e homens têm direitos iguais conforme a Constituição. Isso se aplica a questões relacionadas à família, como responsabilidades com os filhos, ou também em situações de trabalho.

Liberdade de expressão: todo cidadão possui a liberdade de expressar sua opinião, deixar de fazer ou fazer o que tem vontade. No entanto, desde que esteja dentro dos limites previstos por Lei, e que não cause danos físicos ou morais a terceiros. A liberdade de expressão também se aplica à escolha ou não de religião, assim como à liberdade sexual.

Ser tratado com humanidade: nenhum ser humano pode ser submetido à tortura ou a situações degradantes, tanto física como psicologicamente.

Vale lembrar que, no caso de crianças, adolescentes e idosos, além dos direitos previstos na Constituição Federal, esse coletivo também é amparado por leis específicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Estatuto do Idoso.

Ao mesmo tempo em que possui direitos garantidos por lei, o cidadão também é obrigado a cumprir certos deveres. Do contrário, pode enfrentar distintos tipos de punição.

Cumprir as leis: a Constituição Federal também estabelece uma série de leis de conduta ao cidadão, as quais se aplicam a ambientes sociais, de trabalho e familiar, por exemplo. Sempre que essas leis forem desrespeitadas, a pessoa comete uma infração e fica à mercê das punições previstas, como multas e prisões.

Respeitar o direito alheio: assim como a pessoa tem direitos garantidos por lei, também precisa respeitar os direitos sociais e individuais de outras pessoas. Isso se aplica a questões de religião, sexualidade, ideologia política, integridade física e moral, entre outros.

Educação, sustento e saúde dos filhos: os pais são os responsáveis pelo sustento, educação e sustento do filho menor de 18 anos. O descumprimento da obrigação pode gerar, até mesmo, detenção.

Proteger a natureza: toda a ação que colocar em perigo ou causar danos à fauna (floresta) ou à flora (animais) está em desacordo com a Constituição Federal e também com o Código Florestal. As punições preveem o pagamento de multa e prisão.

Votar: o voto é obrigatório no Brasil. O cidadão que descumpra o dever pode ter que pagar multa, ter o título de eleitor suspenso, ser impedido de tirar passaporte e de participar de concursos públicos.

Colaborar com as autoridades: descumprir com os deveres não se trata apenas de desrespeitar o que está previsto por lei. O cidadão que deixa de colaborar com as autoridades pode ser considerado cúmplice de uma irregularidade, como um crime, por exemplo.

Proteger o patrimônio: qualquer ação que danifique o patrimônio alheio, seja ele público ou privado, é um ato considerado ilegal e passível de punição.

mundoadvogados.com.br

IMPORTANTE

Todas as matérias, reportagens, fotos e demais conteúdos são de inteira responsabilidade dos colaboradores que assinam as matérias, podendo seus conteúdos não corresponderem à opinião deste Jornal.

A Gazeta Valeparaibana é um jornal mensal gratuito distribuído mensalmente em PDF para leitura e ou download

Diretor, Editor e Jornalista responsável
Filipe de Sousa - FENAI 1142/09-J

CRÔNICA DO MÊS

O que é ser ético?

A palavra ética vem do grego *ethos* e significa costume, também pode ser *modo de ser*.

Podemos dizer que a ética está ligada as nossas ações, aquilo que é certo ou errado. O que é bom ou mau. Faz parte da natureza humana essa forma de viver, classificando as coisas dessa maneira. Mas essa noção de certo e errado pode variar de pessoa para pessoa. Por um lado temos as normas formais nos dizendo o que podemos e o que não podemos fazer, de outro temos as normas sociais que também nos mostram como devemos agir, mas existe a nossa liberdade de escolha aí no meio e ela é quem vai dizer se somos ou não pessoas éticas, se estamos agindo com ética. Abordar esse tema inclui falar de responsabilidade, liberdade, condutas e regras.

Quando falamos em ética também estamos falando de conduta moral, que se manifesta através dos tempos nos costumes e nas tradições, normas sociais que seguimos e que melhoram a convivência social. A ética tem a ver com o caráter de uma pessoa, com seu modo de agir e de proceder. Quando dizemos que agimos com ética, estamos refletindo sobre determinada ação que realizamos.

A ética está em todas as áreas da nossa vida. Ela faz parte de um dos pilares que sustentam a sociedade. Em um mundo globalizado, com tantas informações chegando, tecnologias, um mundo em constante evolução numa velocidade assustadora, nos deparamos com vários tipos de problemas e nos defrontamos com nossa inabilidade para resolvê-los. Nossos valores e a forma como agimos diante de tais situações, a maneira com que nos relacionamos e a importância que damos a convivência em sociedade vão nos guiar e dizer como vamos agir. Quando o respeito e à dignidade fazem parte de quem somos, nos tornamos responsáveis por agir dentro da ética.

A ética é fundamental para que a vida em sociedade funcione de maneira adequada. Tem a ver com princípios e valores que existem para todos. Encontramos esses princípios, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Leva-me a refletir sobre minhas ações e as convicções que alicerçam minhas atitudes. Diz respeito ao meu agir mesmo quando não estou sendo observado. É admitir que sou responsável por tudo que diz respeito a minha vida, felicidade, infelicidade, sucesso, insucesso, pelos meus problemas. Ao mesmo tempo em que o conceito de justo e injusto, bom ou mau é particular, também é de caráter social, conceitos flexíveis que mudam conforme a cultura de cada lugar, de cada grupo social e de cada época. Não nascemos com princípios morais e éticos, aprendemos ao longo da vida, através da educação. Como diz Aristóteles, a virtude ética é adquirida, e a educação é fundamental para que isso aconteça. A ética orienta os valores sociais e orienta nossos valores diariamente, pois determina nossa conduta, e ser ético no mundo de hoje parece requerer um esforço imenso, pois quem vive dentro da ética parece ser visto como um tolo por aqueles que acham isso uma bobagem. E muitos defendem a ética, mas quando surge à oportunidade de conseguir alguma vantagem não hesitam em mudar totalmente de conduta. Percebe-se que alcançar o sucesso pessoal, parece justificar condutas desprezíveis que colocam o respeito e a ética em segundo plano.

Qual a importância de ser ético? Ser ético está relacionado ao meu modo de ser, a maneira como me comporto em sociedade, como reajo a problemas. A minha imagem vai sendo moldada socialmente, vai sendo construída ao longo do tempo. A ética individual baseia-se em comportamentos individuais, nos faz refletir sobre as normas morais, e a ética coletiva, é aquela em que várias pessoas concordam sobre a mesma coisa, que é tido como correto para determinados grupos, eu posso ou não concordar com isso. A minha ética pode validar a ética coletiva ou não.

A ética são os nossos comportamentos, a nossa percepção sobre os comportamentos morais que eu carrego comigo sempre. Importante que nossas atitudes sempre levem em consideração o outro, as gerações futuras. Ser ético é não pensar somente em mim.

Mariene Hildebrando

03 - Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial

Esta é uma importante data que reforça a luta contra o preconceito racial em todo o mundo.

A luta contra a discriminação racial só começou a se intensificar no Brasil após a Constituição Federal de 1988, que incluía o crime de racismo como inafiançável e imprescritível.

A eliminação de qualquer tipo de discriminação é um dos pontos centrais da Declaração Universal das Nações Unidas:

“Discriminação Racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública” (Artigo I da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial).



ALGUMAS DATAS COMEMORATIVAS

- 02 - Dia do Bombeiro Brasileiro
- 03 - Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial
- 03 - Dia Internacional do Cooperativismo
- 06 - Dia da criação do IBGE
- 09 - Dia da Revolução Constitucionalista
- 10 - Dia da Pizza
- 10 - Dia Mundial da Lei
- 11 - Dia Mundial da População
- 13 - Dia Mundial do Rock
- 14 - Dia da Liberdade de Pensamento
- 15 - Dia do Homem
- 15 - Dia Nacional dos Clubes
- 15 - Dia Mundial das Habilidades dos Jovens
- 17 - Dia de Proteção às Florestas
- 18 - Dia Internacional de Nelson Mandela
- 19 - Dia da Caridade
- 19 - Dia Nacional do Futebol
- 20 - Dia do Amigo e Internacional da Amizade
- 20 - Chegada do Homem à Lua
- 22 - Dia Mundial do Cérebro
- 25 - Dia do Escritor
- 25 - Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha
- 26 - Dia dos Avós
- 30 - Dia Internacional da Amizade
- 30 - Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas
- 31 - Mundial do Guarda-Florestal

Veja todas as datas comemorativas do mês na nossa **BIBLIOTECA!**
Disponível no site www.gazetavaleparaibana.com

02 - Dia do Bombeiro Brasileiro

Esta data é uma homenagem a todos os heróis brasileiros que arriscam as suas vidas para proteger as pessoas, as cidades e as florestas do risco de incêndios, desastres naturais, desabamentos, etc.

Além de apagar incêndios, os bombeiros também desenvolvem vários projetos sociais e educativos, com o objetivo de tentar melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Os bombeiros também ajudam a socorrer animais em perigo e auxiliar pessoas que enfrentam situações de grande stress, como tentativa de suicídio, afogamento, desaparecimentos e traumas provocados por acidentes.

Diário de um padrasto: Antes de entrar, bata na porta!

Educar pode ser mais simples do que imaginamos, talvez pelos métodos tradicionais não seja uma tarefa livre de complicações, afinal, quem nunca escutou a frase "Eu falo uma, falo duas, falo mil vezes e não obedece, só com o chinelo mesmo"

Esses métodos tradicionais de se educar uma criança, onde os pais são a figura central do processo e estão ali para transferir para os filhos mediante obediência e poucas explicações, mostram-se cada vez mais distantes das soluções, e ainda foram potencializados pelo período pandêmico, onde o tempo dentro de casa e as obrigações aumentaram significativamente.

Quando me refiro a simplicidade de educar uma criança, refiro-me a uma educação não violenta e a disciplina positiva, estas constroem o conhecimento em parceria, criam hábitos, questões são conversadas sobre a sua importância e relevância, não são simplesmente impostas, em ambas, o respeito, carinho, afeto e a empatia são as regras e não exceções.

Essa semana minha enteada ao acordar, bateu pela primeira vez na porta do quarto que durmo com minha esposa, parece algo insignificante para muitos, aliás alguns vão se perguntar: "um simples bater de porta gerou um artigo?" justamente, esse foi o principal fator de aprendizado que me fez trazer a teoria com que venho estudando, para minha realidade cotidiana, afinal é para isso que servem as teorias, melhorar nossa vida na prática.

Vou contextualizar para me fazer compreender, entrei na vida de minha esposa e enteada, elas moravam juntas e não tinham costume de fechar portas, logicamente esse hábito mudaria, passamos a fechar a porta depois que Angelina dormia, além disso, estamos trabalhando remotamente, o que nos fez colocar uma televisão no quarto da Angelina e passamos a fechar a porta para diminuir o barulho.

Durante os finais de semana minha enteada levanta primeiro que nós e sempre vinha direto ao nosso quarto e abria a porta, percebi que precisávamos conversar com ela, mas como encontrar uma forma que a fizesse entender, sem ela se sentir invadindo nosso espaço? Conversamos sobre a importância de cada um ter seu espaço, não deu muito certo de cara, então passei a bater em sua porta todas as vezes que ia em seu quarto, por vezes ia até quando não precisava, estava praticando, uma tentativa de mostrar como deve ser feito, foram uns dez dias de aprendizado, até essas palavras estarem sendo escritas para comemorar esse pequeno grande passo.

Que essa seja a nossa regra, aprender e construir processos juntos, não digo que é fácil, mas a nossa esperança que esse aprendizado seja para vida toda, se torne um hábito e dessa forma vamos construindo uma bonita e harmoniosa relação.

Pedro Gerolimich

06 - Dia da criação do IBGE

O Dia da Criação do IBGE é celebrado em 6 de julho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é o responsável por retratar a imagem do Brasil, ou seja, fazer levantamentos sobre a demografia, pesquisas estatísticas sobre temas variados e garantir a recolha de informações sobre os indicadores geográficos do país.

A data tem o objetivo de homenagear esta fundação pública de extrema importância para a organização e auxílio do desenvolvimento do Brasil.

O dia 6 de julho faz referência ao lançamento do Decreto de lei nº 24.609, de 1934, que institui a criação do IBGE. Porém, oficialmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística só surgiu em 29 de maio de 1936, com a regulamentação do Instituto Nacional de Estatística (INE).

O grande incentivador para a criação do IBGE foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas.



1369-1373: quando a Galiza pertenceu a Portugal durante 4 anos

Eternos irmãos que foram separados à nascença, a Galiza e Portugal já foram parte do mesmo reino durante 4 anos, graças a D. Fernando I. Conheça a história.

O ano de 1139 ficou na memória não só por inaugurar a liberdade portuguesa, como também por nele

ter ocorrido a separação, nunca plenamente aceite, de Portugal e da Galiza. Esta separação foi uma afronta para a unidade cultural, para a realidade linguística e até para a própria justiça histórica. Afinal, no século XII, a delimitação entre o Condado Portucalense e o Reino da Galiza era puramente administrativa, devido à atribuição de Portucale a Henrique de Borgonha.

Ainda hoje, a fronteira se mantém tão artificial como antes – o português é ainda a língua dominante em toda a faixa ocidental da Península Ibérica. A separação entre a Galiza e Portugal foi motivo de diversos conflitos entre Portugal e Espanha. Assim, décadas após a tomada de Lisboa, em 1147, Afonso I tenta capturar Tui e outras localidades galegas, embora abandonasse esse intento após a derrota pelos leoneses em Badajoz.

Já no século XIV, Fernando I seria aclamado rei da Galiza, situação que se repetiu com diferentes protagonistas ao longo do tempo. Apenas a força do braço castelhano impediu a unificação destes dois países portugueses da Península.

A Galiza também esteve nos planos do conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que pretendia anexá-la a troco da paz com a Espanha dos Habsburgos. Esta tentativa foi igualmente gorada, já que, apesar de o conde ter alcançado a vitória militar, o seu governo foi derrotado nos gabinetes por inimigos políticos.

Mas a Galiza ainda fez efetivamente parte do Reino de Portugal, embora durante pouco tempo. Passemos aos factos: após a morte de Pedro I de Castela, em 1369, foi coroado o candidato da nobreza castelhana, Henrique de Trastâmara.

Apesar disso, a maioria dos nobres galegos não o reconheceu como seu rei, tendo, com o apoio de diversas cidades, exigido ser governados por Fernando I de Portugal, tornando-se assim parte do Reino português. Este episódio ajuda, aliás, a perceber a tendência antiga e recorrente entre alguns grupos sociais galegos, que defendem a aproximação a Portugal.

Assim, D. Fernando I chegou à Galiza com diversos aristocratas que o apoiavam, incluindo o conde de Trastâmara, Fernando Peres de Castro, o senhor de Salvaterra, Alvar Peres de Castro, e o mestre da Ordem de Cristo, Nuno Freire de Andrade. D. Fernando faz uma entrada triunfante na Galiza, sendo aclamado rei em várias cidades que o tinham apoiado nas suas aspirações ao trono galego.

O novo rei decidiu ordenar a restauração de fortalezas, incluindo as de Tui e Baiona, promover a liberalização do comércio entre a Galiza e Portugal e o fornecimento de grão e vinhos por mar à Galiza, que na altura se encontrava enfraquecida pela guerra.

Tomou igualmente medidas monetárias, mandando cunhar moeda de ouro e prata com o seu brasão em Tui e A Coruña. As aspirações de D. Fernando à Galiza foram mais tarde ratificadas pelas cortes de Lisboa, em 1371.

Apesar de tudo, o reinado de D. Fernando na Galiza foi curto. Henrique II de Castela contrata mercenários em Itália e lança uma contraofensiva, assumindo o controlo da Galiza até à chegada do Duque de Lencastre. Perdia-se assim o domínio galego.

Como forma de celebrar a paz entre Portugal e Castela, celebrou-se o Tratado de Salvaterra, a 2 de abril de 1383, onde se combinou o casamento entre a herdeira do trono português, D. Beatriz, e D. João I, rei de Castela, o que viria a dar azo a uma crise dinástica com a morte de D. Fernando I.

Durante 2 anos, entre 1383 e 1385, Portugal entraria numa fase de intensos conflitos entre diversas fações que apoiavam diferentes pretendentes ao trono. A coroa acabaria por ser atribuída a D. João, Mestre de Avis (filho ilegítimo de D. Pedro, meio irmão de D. Fernando I).

Vortexmag

Sobre Família

Uma família unida pode ser um verdadeiro alicerce na construção da sua felicidade. Estejamos lado a lado, ou a milhas de distância, estamos sempre conectados às nossas família pelo coração. Para que uma família seja feliz, precisa somente da união, respeito e amor entre os seus integrantes. ...

Pesquisa alerta para gravidade da covid-longa

Na Inglaterra, quase metade dos infectados pelo coronavírus sofre sequelas que vão da perda de olfato à fadiga incapacitante. Dados apontam falsidade do discurso segundo o qual há “milhões de curados” e sugere forte sobrecarga da Saúde

O MAL DOS RECUPERADOS

Um estudo feito pelo Imperial College de Londres com dados de 500 mil ingleses traz uma perspectiva bem impressionante quanto às sequelas de longo prazo da covid-19. Segundo as estimativas feitas a partir da pesquisa, mais de dois milhões de ingleses sofrem ou sofreram a chamada ‘covid longa’. Para se ter uma ideia do que isso representa, ao todo o país registrou pouco mais de quatro milhões de infecções até hoje.

Os participantes foram questionados se haviam tido uma infecção sintomática e se tinham experimentado, por 12 semanas ou mais, algum entre 19 sintomas ligados ao vírus, como fadiga contínua, falta de ar, perda de memória, problemas de concentração, insônia, dor no peito e tontura. Entre as 76.155 pessoas que disseram ter tido covid-19 sintomática, 37,7% confirmaram pelo menos um sintoma duradouro, e quase 15% disseram ter experimentado três ou mais desses efeitos.

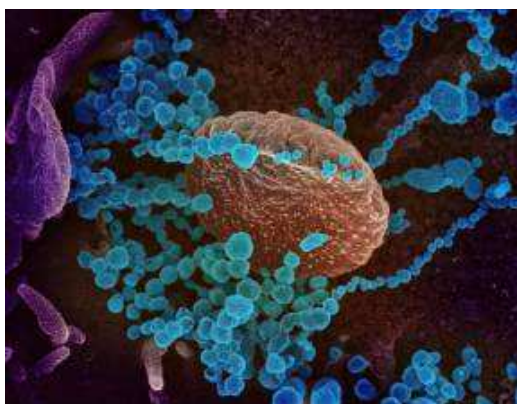
Outro estudo semelhante, feito pelo departamento de estatística do Reino Unido (ONS) havia encontrado cerca de um terço da prevalência: de acordo com ele, 741 mil ingleses teriam covid longa. É uma diferença bem grande, que, segundo especialistas, é explicada pelo uso de metodologias distintas. Por exemplo, a pesquisa da ONS estimou o número de pessoas que tiveram covid longa em uma data específica (2 de maio), enquanto o do Imperial College quis ver quantas experimentaram o problema em algum momento entre setembro e fevereiro.

De todo modo, esse tipo de trabalho oferece bons elementos para desmanchar a narrativa furada de que ter “milhões de recuperados” é algo bom. Mais que isso, eles ajudam também a se ter uma ideia do impacto que a covid-19 pode ter nos sistemas de saúde.

Mas ambas as pesquisas têm limitações bastante relevantes. A divulgada ontem foi feita com base em perguntas cujas respostas podem não ser muito exatas. Os participantes tinham que dizer se acreditavam ter tido covid-19, mas não era necessário comprovar. E seus relatos não dão conta da gravidade dos sintomas relatados, portanto não dá para saber o quanto suas vidas foram afetadas por eles.

Além disso, talvez um dos pontos mais importantes dos dois estudos seja o fato de que não houve nenhuma comparação com um grupo de perfil semelhante que não tenha tido covid-19 – essa limitação em especial, que poderia ter um impacto muito grande nos resultados, tem sido pouco ressaltada na imprensa. “Alguns dos sintomas listados surgem com bastante frequência em pessoas que nunca tiveram covid-19, porque podem ser causados por muitas doenças diferentes”, nota Kevin McConway, professor emérito de Estatística Aplicada da Open University, no Science Media Centre.

Raquel Torres



Um surto de coronavírus pode ter varrido o leste da Ásia 20 mil anos atrás

Resultados de pesquisa publicada na Current Biology mostram como a busca por traços genéticos de surtos virais históricos pode nos ajudar a tratar os surtos do futuro

Um coronavírus pode ter se espalhado pelo Leste da Ásia há mais de 20 mil anos, deixando rastros no

DNA de pessoas na China, Japão e Vietnã modernos, revela uma pesquisa publicada na revista científica quinzenal Current Biology sobre as evidências de adaptação genética da família dos vírus coronavírus em 42 genes em populações modernas nessas regiões. A pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, é até agora responsável por mais de 3,8 milhões de mortes e bilhões de dólares em perdas econômicas em todo o mundo. A família do coronavírus também inclui os vírus MERS e SARS relacionados, os quais causaram surtos letais significativos nos últimos 20 anos. Os resultados mostram como a busca por traços genéticos de surtos virais históricos pode nos ajudar a tratar os surtos do futuro.

Tão velha quanto a história humana

Já tivemos pandemias antes. Somente no século 20, três variantes do vírus da gripe resultaram em surtos abrangentes que mataram milhões: a “Gripe Espanhola” de 1918-20, a “Gripe Asiática” de 1957-58 e a “Gripe de Hong Kong” de 1968-69. Os registros históricos de surtos causados por vírus e outros patógenos remontam a milhares de anos. Parece plausível que essas interações remontem ainda mais longe, aos primeiros períodos da pré-história humana.

As antigas migrações que viram nossos ancestrais se espalharem da África pelo mundo os teriam apresentado a novos patógenos. Como muitos outros desafios ambientais, esses antigos encontros virais podem ter desencadeado adaptações que ajudaram nossos ancestrais a sobreviver. Essas adaptações podem ter incluído mudanças fisiológicas ou imunológicas que melhoraram a resistência à infecção ou reduziram os impactos da doença na saúde.

Traços genéticos

Nas últimas décadas, os geneticistas desenvolveram ferramentas estatísticas poderosas para descobrir traços genéticos de eventos de adaptação históricos que permanecem presentes nos genomas das pessoas que vivem hoje. Essas ferramentas permitiram aos cientistas descobrir genes que marcam as adaptações para a vida em grandes altitudes e o consumo adulto de leite, entre outras coisas. Além de revelar surtos históricos de coronavírus, essas informações podem conter novos insights sobre a base genética da infecção por coronavírus e como esses vírus causam doenças em humanos modernos.

Os vírus são criaturas simples com um objetivo: fazer mais cópias de si mesmos. Mas sua estrutura biológica simples significa que eles não podem se reproduzir independentemente. Em vez disso, eles devem invadir as células de outros organismos e sequestrar seu maquinário molecular. As invasões virais envolvem anexar e interagir com proteínas específicas produzidas pela célula hospedeira denominadas proteínas de interação viral (VIPs).

Um antigo coronavírus

Foram aplicadas análises computacionais de ponta aos genomas de mais de 2.500 pessoas de 26 populações em todo o mundo. Foram encontradas assinaturas de adaptação em 42 genes humanos diferentes que codificam VIPs.

Esses sinais VIP estavam presentes em apenas cinco populações, todas elas do Leste Asiático – a provável pátria ancestral da família dos coronavírus. Isso sugere que os ancestrais dos asiáticos orientais modernos foram inicialmente expostos aos coronavírus há cerca de 25.000 anos.

Testes adicionais revelaram que os 42 VIPs são expressos principalmente nos pulmões, que é o tecido mais afetado pelos sintomas de COVID-19. Também confirmamos que esses VIPs interagem diretamente com o vírus SARS-CoV-2 responsável pela pandemia atual.

Outros estudos independentes também mostraram que as mutações nos genes VIP podem mediar a suscetibilidade ao SARS-CoV-2 e a gravidade dos sintomas do COVID-19. Além disso, vários genes VIP estão atualmente sendo usados como alvos de drogas para tratamentos com COVID-19 ou fazem parte de ensaios clínicos para esse fim.

Vários dos VIPs adaptativos identificados no estudo também são alvos de drogas para outros tipos de vírus, como o vírus Zika e a hepatite C. Vários desses medicamentos foram reaproveitados com sucesso e sugerem que outros poderiam ser potencialmente reaproveitados para o tratamento com COVID-19.

Ao descobrir os genes afetados por surtos virais históricos, nosso estudo aponta para a promessa de análises genéticas evolutivas como uma nova ferramenta para combater surtos futuros.

Yassine Souilmi é um investigador visitante da Australian National University. Ray Tobler é pós-doutorado na Australian National University.

Este artigo foi publicado originalmente por **The Conversation**.

Como os navios dos Templários deram origem ao Império Português



Enquanto eram perseguidos em toda a Europa, Portugal resolveu dar apoio e asilo aos Templários. Mais tarde, contribuíram para construir o Império Português.

Devido a vários dissabores e fatores que ainda hoje não são totalmente claros, a Ordem do Templo (cujos cavaleiros ficaram conhecidos como os Templários) foi submetida a um trágico processo, que culminou na sua extinção e na morte de vários dos seus membros, incluindo o seu Grão-Mestre, Jacques de Molay, em 1314. Este processo foi encabeçado por Filipe, o Belo, rei de França, e com o apoio do Papa Clemente V, conseguindo-se a extinção da Ordem.

Tudo começou em 1308, com uma bula papal, enviada para esclarecer a situação dos Templários e declarar a necessidade da sua extinção. Em 1309, nova bula é enviada, desta vez para ordenar a prisão dos Freires de Cristo. Finalmente, em março de 1312, decretou-se a anexação dos bens desta Ordem (as suas riquezas, terras e navios) e a transferência da posse desses bens para a Ordem do Hospital.

Como existiam muitos cavaleiros Templários, apenas uma parte destes foi presa, sendo a maioria francesa. Noutros locais, os cavaleiros não foram aprisionados, o que lhes permitiu a fuga. Segundo alguns historiadores, alguns cavaleiros refugiaram-se na Escócia, Suíça, Portugal, e até em locais mais distantes. Muitos mudaram de nome e instalaram-se em diferentes países, para evitar a perseguição de que estavam a ser alvo.

Um dos grandes mistérios é o destino da esquadra da Ordem. No dia seguinte ao aprisionamento dos cavaleiros franceses, toda a esquadra zarpu de França durante a noite, desaparecendo sem deixar registos, e nunca mais foi vista. Nessa mesma data, por coincidência ou não, D. Dinis nomeava o primeiro almirante português de que existe memória, apesar de, na altura, Portugal não ter armada...

D. Dinis evitava entregar os cavaleiros Templários e os seus bens, tendo até conseguido criar uma nova ordem, a Ordem dos Cavaleiros de Cristo, em 1318, sendo estes os herdeiros de todos os bens dos Templários em Portugal. Os Cavaleiros de Cristo adotaram para seu símbolo uma adaptação da cruz orbicular Templária, sendo que se pensa que muitos dos membros da Ordem dos Templários ingressaram nesta nova ordem com a sua honra intacta, protegidos pelo rei.

Neste ponto, no entanto, não há consenso entre os historiadores: se para uns os cavaleiros da Ordem de Cristo eram antigos Templários, com nomes diferentes, para outros, eram pessoas diferentes. O que é sabido é que estes cavaleiros herdaram as propriedades e fortalezas da antecessora, bem como os votos de pobreza, castidade e obediência (neste caso, ao rei de Portugal).

Mais tarde, mudanças na estrutura da Ordem permitiram que os seus cavaleiros não estivessem já obrigados à castidade e pobreza, permitindo que personalidades como Pedro Álvares Cabral, Cristóvão Colombo e Vasco da Gama se tornassem parte da Ordem de Cristo. Aliás, os navios que primeiro aportaram ao Brasil tinham nas velas o emblema da Cruz da Ordem de Cristo, o que mostra a importância da Ordem e dos seus membros.

Ao longo dos séculos seguintes, os conhecimentos detidos pelos líderes da Ordem dos Cavaleiros Templários, passados para a de Cristo, permitiram a Portugal a expansão marítima, ganhando a Ordem de Cristo soberania sobre esses territórios descobertos e 5% do valor das mercadorias vindas da região.

A Ordem estabeleceu escolas náuticas, construiu estaleiros e navios e produziu mapas costeiros e náuticos. Aprimorou também os seus conhecimentos de navegação, sempre almejando

lançar-se ao mar em busca de novas terras, que eles afinal saberiam que existiam pelos seus conhecimentos e mapas herdados.

Assim, entre 1200 a 1600, se pôs em prática um bem conseguido projeto de expansão marítima. Das ilhas da Madeira e Açores aos locais mais distantes, a presença portuguesa era sentida através de fortes e postos avançados para o comércio, bem como pela evangelização dos nativos. Através da liderança de um dos seus mais famosos Grão-Mestres, o Infante D. Henrique, Portugal foi o primeiro império global da humanidade, pioneiro na construção da globalização.

Ao longo do século XV, todo o processo de descobrimento de novos caminhos marítimos e territórios foi tutelado pela Ordem de Cristo. Depois da conquista de Ceuta, em 1415, o primeiro território oficialmente descoberto no Atlântico foi o Arquipélago da Madeira, em 1419/20, sucedendo-se depois as viagens que culminaram na navegação e toda a costa africana, a passagem do Cabo das Tormentas, a chegada à Índia por via marítima (1498) e a descoberta do Brasil em 1500.

E assim se criava a primeira rede imperial moderna, sob domínio português, em concorrência com o que Espanha igualmente pretendia, pois os novos territórios significavam riqueza. Acabaram por se dividir os novos territórios descobertos entre estes dois países, pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494.

Já no que à Ordem de Cristo diz respeito, as riquezas não lhe desagradavam, mas mantinha o ideal da universalização do Cristianismo em todo o processo de expansão. Assim, construíam-se bases da Igreja Católica nos novos territórios, pelas mãos dos missionários de diversas ordens. Durante anos, a tutela deste processo de edificação de igrejas nos novos territórios esteve sob tutela da Ordem.

Em 1514, edificou-se a primeira diocese bem-sucedida em território ultramarino português: a Diocese do Funchal. Esta foi a maior diocese do mundo durante décadas, após a sua criação. Dependia da Ordem de Cristo e tinha jurisdição sobre todos os territórios descobertos e a descobrir, o que envolveria três continentes diferentes.

Vortexmag

03 - Dia Internacional do Cooperativismo

00

O Dia Internacional das Cooperativas, o CoopsDay, comemora-se anualmente no primeiro sábado de julho, como foi decretado pela ONU em 1992 na resolução 47/90.

Os objetivos do Dia Internacional das Cooperativas passam por divulgar o trabalho das cooperativas, por destacar as metas do movimento cooperativo internacional, em paralelismo com as metas da ONU, e por fortalecer as parcerias entre este movimento e outros agentes, como governos (locais, nacionais ou internacionais).

Origem do Dia Internacional das Cooperativas

A data foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 47/90, de 16 de dezembro de 1992. No entanto, ela foi comemorada pela primeira vez em 1995, uma vez que tinha o intuito de assinalar o centenário da criação da Aliança Cooperativa Internacional, cuja fundação data de 1895.

09 - Dia da Revolução Constitucionalista

O Dia da Revolução Constitucionalista é comemorado anualmente em 9 de julho e considerado feriado estadual em São Paulo.

Também conhecido por Dia da Revolução e do Soldado Constitucionalista, esta data é uma homenagem ao movimento contra ditadura de Getúlio Vargas, realizado em 1932 pelos paulistas.

Vargas toma o poder com a Revolução de 1930, apoiado pelos paulistas, e outros estados. No entanto, o tempo passava e o novo dirigente não convocava eleições para a nova Assembleia Constituinte. Sentindo-se traídos, representantes do Exército, estacionados em São Paulo, e políticos pau-

10 - Dia da Pizza

Esta data homenageia uma das invenções culinárias mais apreciadas por diversas pessoas ao redor do mundo, em especial os brasileiros: a pizza.

Pizza é um prato típico da gastronomia italiana e famosa no mundo inteiro, que consiste em um disco de massa, regado com molho de tomate e coberto com ingredientes variados, como queijo, carnes, ervas. No Brasil, existem muitas combinações, até mesmo de pizzas doces.

Muitos historiadores, no entanto, acreditam que a origem da pizza não esteja na Itália, mas sim entre os antigos povos egípcios, hebreus e até chineses.

10 - Dia Mundial da Lei

O Dia Mundial da Lei surgiu com a intenção de lembrar a importância do cumprimento do Direito, em 1965, quando muitas nações adotaram a ideia do então presidente dos Estados Unidos da América, Dwight D. Eisenhower, que, em 1958, instituiu o 1º de maio como Dia da Lei no país. Do verbo latino ligare, que significa aquilo que liga, ou leggere, que significa aquilo que se lê, a palavra lei significa, de acordo com o site Wikipedia uma norma ou conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito.

De acordo com o 4º juiz-corregedor, Wilson Sáfate Faiad, o Dia da Lei tem sua importância na medida em que todos passem a perceber a lei no seu cotidiano. "A lei é o primeiro instrumento do Estado Democrático de Direito, enquanto instrumento formal disponibilizado pelo Estado para a condução da sociedade à paz social, afirma Faiad, esclarecendo que é a lei que torna possível uma forma civilizada para se viver em sociedade e é ela que regula todas as relações, sejam elas econômicas, sociais ou individuais. Já o juiz-auxiliar da Presidência e ouvidor-geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), Aureliano Albuquerque Amorim, ressalta que a Lei, antes de tudo, é o resultado do fato social, ou seja, tem origem na própria sociedade, em seus costumes e posicionamentos morais.

Lembrando que o cidadão não pode alegar como excludente de suas obrigações o desconhecimento da lei, o vice-presidente do TJGO, desembargador Vítor Barboza Lenza, aponta a importância que deve ser dada pela sociedade à lei, já que é projetada, discutida, aprovada, sancionada e publicada pelo regime publicista. "Qualquer brasileiro ou estrangeiro em nosso país tem a obrigação de respeitar a norma legal", afirma Lenza, explicando que a legislação é um ordenamento jurídico-social que obriga a todos à obediência aos seus parâmetros legislativos, independente de qualquer conotação, defunção, raça ou estágio social.

O surgimento das leis

Um dos mais antigos conjuntos de leis escritas já encontrados é o Código de Hamurabi, oriundo da antiga Mesopotâmia e elaborado pelo rei Hamurabi por volta de 1700 A.C.. O documento foi encontrado por uma expedição francesa em 1901 na região da antiga Mesopotâmia, correspondente a cidade de Susa, no Irã.

Segundo o juiz-auxiliar da Presidência e ouvidor-geral do TJGO, durante o império romano, as leis eram trancadas a sete chaves, posto que os detentores do poder assim o faziam para que pudessem aplicar os seus regulamentos de acordo com suas próprias vontades. "Assim, se o réu fosse um vassalo, de menor importância no seio social, o rigor era maior. Agora, se fosse um nobre, as leis poderiam ser modificadas, resultando em penalidades menores ou até mesmo na absolvição. A falta de publicidade daquelas previsões legais, impedia que o povo tivesse consciência daquilo que podia ou não realizar, razão pela qual houve uma movimentação social no sentido de que as leis fossem tornadas públicas. Nomeou-se uma comissão (naquela época também tinha) para a realização do trabalho, de modo que as principais determinações legais fossem escritas e delas fosse dado conhecimento geral ao público", explica Aureliano.

Origem da calçada portuguesa: tudo começou por causa de um rinoceronte



Sabia que a origem da calçada portuguesa se deve a um rinoceronte chamado Ganga? Descubra a curiosa história das pedras que enfeitam as ruas portuguesas.

Sabe qual é a origem da calçada portuguesa? Embora os pavimentos calcetados tenham surgido por volta de 1500, apenas no séc. XIX se iniciou o uso da calçada à portuguesa tal como hoje a entendemos. Feita em calcário branco e negro, esta calçada caracteriza-se pelo estilo irregular da colocação das pedras. O tipo de aplicação mais usado hoje, desde meados do séc. XX, é aplicado em cubos e tem en-

quadramento diagonal. Sim, porque calçada à portuguesa e calçada portuguesa são coisas distintas!

Em cartas régias de 20 de agosto de 1498 e de 8 de maio de 1500, assinadas por D. Manuel I, marca-se o início do calcetamento das ruas de Lisboa, notavelmente da Rua Nova dos Mercadores (antes chamada Rua Nova dos Ferros). Ficou determinado que o material a usar seria granito da região do Porto, o que implicaria um valor dispendioso, dada a distância.

O objetivo da calçada é que já é mais insólito. Afinal, a calçada foi criada para que Ganga, um rinoceronte branco ricamente ornamentado, não sujasse de lama o longo e numeroso cortejo do rei, com figuras da corte e a própria família real a mostrar as riquezas e adornos vindos do oriente, aquando do aniversário do rei, em pleno inverno, a 21 de janeiro. Para que a comitiva não ficasse suja, calcetaram-se as ruas por onde passaria o cortejo...

Com o terramoto de 1755 e a destruição e posterior reconstrução de Lisboa, que se queria feita em moldes racionais e de custos contidos, tornou a calçada um empreendimento improvável à época.

Mas já no século seguinte, em 1842, se fez em Lisboa uma calçada em calcário, algo próxima do que hoje conhecemos e usamos, tendo o trabalho sido realizado por presidiários (que, na altura, eram chamados grillhetas), a mando do Governador de armas do Castelo de São Jorge, o tenente-general Eusébio Pinheiro Furtado.

Apesar do desenho simples usado na época, a obra foi considerada insólita, motivando vários cronistas portugueses a escrever sobre o assunto. A calçada de 1842 é igualmente referida no romance de Almeida Garrett, O Arco de Sant'Ana, e no poema de Cesário Verde, Cristalizações.

A curiosa história do rinoceronte Ganga

Afonso de Albuquerque, fundador do Império Português no Oriente e governador das Índias portuguesas, quis em 1514 construir uma fortaleza em Diu, situada no reino de Cambaia, governado pelo rei Modofar. Assim, D. Manuel I autorizou Afonso de Albuquerque a enviar uma embaixada ao rei de Cambaia, solicitando autorização para a construção da fortaleza.

Modofar não acedeu ao pedido, mas, como agradecimento pelas ofertas recebidas, deu a Afonso de Albuquerque um rinoceronte. Uma vez que era impossível mantê-lo em Goa, este foi enviado ao rei D. Manuel I como presente.

A chegada do animal a Lisboa causou celeuma e curiosidade, não só no nosso país, mas também no resto da Europa. Era o primeiro rinoceronte vivo em solo europeu desde o séc. III, o que explica a comoção que o seu aspeto enrugado e o seu peso de mais de duas toneladas causaram.

O rinoceronte foi instalado no parque do Palácio da Ribeira, bem como um elefante. D. Manuel I terá chegado a organizar um combate entre os dois animais, a que assistiram o rei, a rainha e vários convidados importantes. No entanto, o elefante acabou por fugir em pânico, mal o rinoceronte se aproximou.

Em dezembro de 1515, D. Manuel I organiza uma embaixada a Roma, para garantir o apoio do Papa na expansão portuguesa, cada vez mais bem-sucedida. Entre as ofertas, encontrava-se o rinoceronte, que usava uma coleira de veludo verde com rosas e cravos dourados. Mas surge uma violenta tempestade ao largo de Génova, tendo o navio afundado e a sua tripulação perecido.

O rinoceronte, embora soubesse nadar, acabou por se afogar graças às amarras. No entanto, foi possível recuperar o seu corpo. D. Manuel ordena que se empalhe o rinoceronte e que este seja enviado ao Papa, embora este não tenha feito tanto sucesso como anteriormente tinha feito o elefante, que lhe tinha sido igualmente enviado.

O rinoceronte acabou por ser imortalizado no nosso país, estando representado numa das guaritas da Torre de Belém e no Mosteiro de Alcobaça (onde aparece uma representação naturalista do seu corpo inteiro, com função de gárgula, no Claustro do Silêncio). Foi igualmente desenhado por Albrecht Dürer, que se baseou numa carta de um mercador português que continha o desenho do rinoceronte.



Passaporte Estrada Real: como registrar a experiência de cruzar esse caminho histórico

A Estrada Real passa por cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O projeto turístico foi formulado em 2001 pelo Instituto Estrada Real e pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) com a finalidade de valorizar o patrimônio histórico-cultural, estimular o turismo, a preservação e revitalização dos entornos das antigas Estradas Reais.

Entre as atrações à disposição do visitante, podem ser apreciados diversos trechos ainda pavimentados em pedras, colocadas pela mão-de-obra de escravos, trechos de mata atlântica, animais e pássaros nativos, sítios arqueológicos, arquitetura, culinária e artesanato coloniais. Os caminhos permitem a prática de caminhadas, de ciclismo e cavalgada.

Quem quiser viver essa experiência pode deixá-la ainda mais interessante. Isso porque a pessoa pode tirar o Passaporte Estrada Real, que permite que o viajante acompanhe e registre todas as suas experiências nos caminhos da Estrada

“O passaporte é gratuito e individual, e você o terá no formato virtual, baixe o Aplicativo Estrada Real e adquira o seu, mas se quiser o seu passaporte também no formato físico basta solicitar e conferir os locais de retirada. Os carimbos são a prova de que você passou por determinada cidade. Durante o percurso, você encontrará diversos Pontos de Carimbo espalhados por algumas cidades que fazem parte do Caminho. Mas lembre, que para completar o passaporte, só será aceito um carimbo por cidade. Portanto, conheça bem cada cidade, explore os Pontos de Carimbo e escolha o seu preferido para registrar sua aventura. Ao longo da Estrada Real, você obtém carimbos de diversas cidades para preencher seu passaporte e, ao fim da jornada, conseguir um certificado para cada um dos quatro Caminhos”, informa o Instituto Estrada Real.

O projeto considera que esses caminhos se estendam por mais de 1.400 quilômetros, distribuídos por três vias principais:

– **Caminho Velho (Estrada Velha):** ligando Paraty, no litoral do Rio de Janeiro, a Ouro Preto, nas Minas Gerais, passando por Cunha, São João del-Rei e Tiradentes;

– **Caminho Novo:** ligando o porto e cidade do Rio de Janeiro a Ouro Preto, passando pela região das atuais Petrópolis, Juiz de Fora e Barbacena;

– **Caminho dos Diamantes:** ligando Ouro Preto a Diamantina, também nas Minas Gerais;

– **Caminho do Sabarabuçu:** ligando Catas Altas a Glaura (distrito de Ouro Preto); esse caminho, identificado recentemente, constituir-se-ia numa extensão do Caminho Velho, que assim passava a atingir as vilas de Sabará e – Caeté. Esta variante tinha como referência o rio das Velhas e a serra da Piedade, no alto de Caeté.

Ainda segundo o projeto, no auge da utilização da estrada, erguiam-se às suas margens 179 povoações, assim distribuídas, sendo 163 em Minas Gerais, 8 no Rio de Janeiro e 8 em São Paulo.

“Fiz o passeio antes, sem o Passaporte e depois, com. É uma viagem incrível que todo brasileiro deveria fazer. Com essa ideia do Passaporte, fica mais divertido, até para lembrar dos momentos vividos”, conta Bruna Santos.

Sobre história

A História está repleta de pessoas que, como resultado do medo, ou por ignorância, ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que, em verdade, pertenciam a todos nós.

Nós não devemos deixar isso acontecer de novo.



História Desconhecida de Portugal: quando Braga foi capital da Galiza

Primeiro no tempo dos romanos e depois no Reino dos Suevos: Braga foi capital do território que hoje é a Galiza em duas ocasiões. Conheça a história.

Período de maior expansão do Reino Suevo

Muitos conhecerão a história da Galiza e que Braga foi em tempos capital da sua região, mas nem todos saberão o contexto.

Fundada pelos romanos em cerca de 16 a.C., a Bracara Augusta representou o domínio estratégico e económico sobre o noroeste peninsular, sendo que, dois séculos mais tarde, a cidade foi elevada a capital da província romana da Galécia.

É precisamente nesta altura que o Império se confronta com as invasões bárbaras, a que os soldados romanos não resistiram. Bracara Augusta acabou por ser invadida por suevos em 409. Sob domínio suevo, Braga recebe o título de capital do reino, tornando-se um centro político e intelectual do noroeste peninsular, tendo sido ainda sede eclesiástica da Galiza, até o fenómeno de Santiago de Compostela ter surgido, dando origem à rivalidade entre estas capitais religiosas.

Resumindo, não só Braga foi capital da Galécia no tempo dos romanos, como foi também capital do reino Suevo, que incluía os territórios da atual Galiza até ao Algarve, bem como muitas cidades hoje pertencentes a Espanha. Mas quem eram os Suevos e porque fizeram de Braga a sua capital?

Com origem na Germânia, entre os rios Elba e Oder, os suevos foram uma das primeiras tribos a migrar para o Império Romano, na segunda metade do séc. IV. d.C., compelidos pela chegada dos Hunos à Europa. Pouco se sabe sobre os seus costumes e historiografia, devido à falta de informação escrita. Os poucos textos existentes são de fonte romana.

Com a migração de diversas tribos, desencadeada pelos Hunos, Roma decidiu conceder-lhes espaços territoriais em troca de auxílio e aliança militar. Assim, os suevos ficaram-se no território que hoje corresponde à Baviera e parte da Suíça, em finais do séc. IV/inícios do séc. V.

No entanto, uma parte destes suevos continuou a migração até se ficarem na Galécia, em 409. Outros povos os acompanharam: os Alanos, os Vândalos, os Búrios e mais tarde os Visigodos aqui chegaram também. Tornaram a província da Galécia no reino suevo da Galécia, com Braga como capital, e com Hermerico como primeiro rei. Outras cidades influentes na altura eram Portus Cale (o nosso Porto) e as atuais cidades de Lugo e Astorga.

Uma vez que a maioria da população local era cristã, não tardou até que os suevos se convertessem à religião, já no tempo de Requiário, neto de Hermerico. As primeiras décadas dos suevos na Galiza foram de confronto com os Alanos, pelos territórios da Galécia e Lusitânia. Após a morte de Requiário, em 465, o Reino mergulha no caos e no conflito sucessório entre diversas fações.

O poder suevo foi assim enfraquecido, sendo que, em 585, o Reino Suevo foi anexado ao Reino Visigótico. Embora mantivesse uma certa autonomia, os suevos misturaram-se progressivamente com a população local e visigótica, acabando por se diluir na história.

Ao longo da curta história do Reino dos Suevos, existiram 13 reis que governaram este território. O primeiro foi Hermerico, que conduziu 40 mil pessoas desde a Germânia até ao atual território português.

A linhagem sueva terminaria com Miro, rei entre os anos 559 e 583. Em 571, Miro decidiu atacar um povo do norte da Península Ibérica, mais propriamente da Cantábria. Tratou-se de uma campanha militar fora das suas fronteiras, o que alertou Leovigildo, rei dos Visigodos.

Leovigildo resolve atacar Miro e, entre os anos 572 e 574, desenvolvem-se duras batalhas no vale do Rio Douro. Os visigodos vencem, empurram os suevos para dentro das suas fronteiras com ataques constantes e fundam as cidades de Toro e Astorga. A partir destas 2 cidades continuam a lançar ataques contra os suevos até que chegam a cidades como Porto e Braga, a capital.

Desesperado e sem saída possível deste conflito, Miro pediu a paz. Os suevos acabariam assim por ser derrotados. O seu reino desapareceu para sempre e os seus habitantes foram misturados com os visigodos e outras tribos. Braga perdia também o estatuto de capital do reino que outrora tinha.

Vortexmag



LUSOFONIAS - Reinvenção de Comunidades e Combate Linguístico-Cultural

POR: Moisés de Lemos Martins

(Matéria continuada)

Na matéria de Junho:

Em 2003, dois artigos em sete do Anuário Internacional de Comunicação Lusófona têm a palavra Lusofonia no título, sendo um, todavia, de autores portugueses. Benalva Vitório, Professora da Universidade Católica de Santos (Brasil), escreve o artigo: "Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade" (Vitório, 2003).

Continuação:

E Lídia Silva e Jorge Ferraz de Abreu, ambos Professores da Universidade de Aveiro, escrevem: "Cidades digitais – o novo 'urbanismo' potencial catalizador da lusofonia" (Silva & Abreu, 2003). Em 2004, apenas um artigo tem Lusofonia no título. Trata-se do artigo: "Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária no contexto lusófono" (Brito & Martins, 2004). Curiosamente, um dos autores é brasileiro, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, sendo português o outro, da Universidade do Minho. Trata-se do primeiro artigo em coautoria, que traduz uma efetiva cooperação luso-brasileira.

Em 2005, três artigos em quinze têm a palavra Lusofonia no título. Dois são de autoras portuguesas e apenas um de autoria brasileira. Isabel Ferin Cunha, Professora da Universidade de Coimbra, escreve: "Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono" (Cunha, 2005). E Lídia Silva intitula o seu artigo: "Qual o papel da Internet na promoção da (in)existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?".

Apenas em 2007, o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona passa a ser editado em Portugal, numa parceria entre a Sopcom e o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. São editados, nestas circunstâncias, cinco volumes.

Em 2012, todavia, a comunidade galega de ciências da comunicação, então rebatizada como Agacom (Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras de Comunicación), passa a editar a revista. E fá-lo até 2014. Em 2015, é de novo a Intercom quem edita o Anuário. Mas em 2006, já a Universidade de Santiago de Compostela realizara o VII Congreso de Comunicación Lusófona, sob o tema Comunicación Local no Espaço Lusófono (aliás, também título do respetivo livro de atas, editado em 2007). Apenas dois artigos têm a Lusofonia no título, um de autores portugueses, outro de autores brasileiros. Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas publicam: "Lusocom: Estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono". E Regina Brito, Rosemeire Faccina e Vera Lúcia Busquets publicam: "Comunicação intercultural no espaço lusófono. A música e a

cultura brasileiras em Timor Leste". Sobre o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, consultar: www.lusocom.org APRESENTAÇÃO: LUSOFONIAS – REINVENÇÃO DE COMUNIDADES E COMBATE LINGUÍSTICO CULTURAL (Silva, 2005). Por sua vez, Benalva Vitório escreve: "Identidade lusófona como proposta pedagógica" (Vitório, 2005). Em 2006, último ano em que o Anuário Internacional de Comunicação Lusófona é editado no Brasil, nenhum artigo dos treze publicados na revista tem a palavra Lusofonia no título.

Mas é de assinalar um artigo de colaboração luso-brasileira, escrito por Jorge Pedro Sousa, da Universidade Fernando Pessoa, do Porto, e Maria Érica Lima, da Universidade Metodista de São Paulo. O artigo intitula-se: "A cobertura do atentado contra a escola de Beslan em seis newsmagazines portuguesas e brasileiras" (Sousa & Lima, 2006).

Entretanto, de 1997 e 2014, a comunidade lusófona, sobretudo de brasileiros, portugueses e galegos, mas também de moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, são-tomenses e timorenses, realiza onze Congressos da Lusocom: o I Congresso, na Universidade Lusófona, em Lisboa; o II, na Universidade Federal de Sergipe, em Aracajú (Brasil); o III, na Universidade do Minho, em Braga; o IV, na Universidade de Santos, em São Vicente (Brasil); o V, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo; o VI, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã; o VII, na Universidade de Santiago de Compostela; o VIII, na Universidade Lusófona, em Lisboa; o IX, na Universidade Paulista de São Paulo; o X, na Universidade de Lisboa; o XI, na Universidade de Vigo, em Pontevedra. Ou seja, cinco Congressos da Lusocom são realizados em Portugal, três no Brasil, dois na Galiza e um em Moçambique.

Quando a Intercom e a Sopcom abrem, em 2007/2008, esta área de estudos sobre questões lusófonas, o que então se procura, antes de mais, é fazer um levantamento das comunidades lusófonas de ciências da comunicação nos diversos países da Lusofonia, sobretudo em Portugal e no Brasil, mapeando o campo, quanto aos projetos de ensino, às linhas de pesquisa e aos desafios científicos que há que enfrentar. Tratando-se de comunidades que se desconhecem completamente, procura-se, então, através de congressos anuais, preencher o fosso que as separa, de modo a que rapidamente se possa passar à fase da criação de redes de cooperação científica, antes de mais entre investigadores de Portugal e do Brasil, estendendo também a cooperação à comunidade galega de ciências da 9 Sobre os Congressos da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), consultar www.lusocom.org

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

comunicação, e tendencialmente, a todo o espaço lusófono, seja de países de língua oficial portuguesa, seja de falantes nas suas muitas diá-

poras 10.

Num tempo pós-colonial e globalizado, as opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo. O que se joga nesta luta é a divisão da comunidade internacional em áreas culturais, dando forma àquilo a que Samuel Huntington (1996), adotando uma "metodologia do alarme" contra o fundamentalismo islâmico (Moreira, 2004: 4), chamou a guerra das culturas. Esta guerra simbólica, uma guerra político-cultural, foi identificada e antecipada, desde os anos trinta do século passado por Gilberto Freyre, o primeiro pensador a formular uma teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da colonização europeia (Moreira, 2000: 18; Chacon, 2002: 134). Dando conta de um mundo pela primeira vez globalizado, em que, pelo domínio dos mares, a 10 Para os investigadores que fundaram o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), na Universidade do Minho, em 2001, a questão lusófona tornou-se objeto de estudo alargado, logo a seguir ao I Congresso da Lusocom, realizado em Lisboa, em 1997. "Espaço lusófono – língua portuguesa e identidade lusófona", assim se intitulou o primeiro projeto de investigação neste domínio.

Em 1999, o CECS, em parceria com a Sopcom, realizou o III Encontro Lusófono de Ciências da comunicação, sob o tema As Ciências da Comunicação no Espaço Lusófono. As atas deste Congresso foram publicadas em dois volumes da revista Comunicação e Sociedade, o vol 2 (2000) e o volume 3 (2001).

Em 2005, o CECS realizou a I Conferência Internacional Comunicação e Lusofonia.

O livro de atas desta Conferência foi publicado, em 2006, por Moisés de Lemos Martins, Helena Sousa e Rosa Cabecinhas, com o título: Comunicação e Lusofonia.

Para uma abordagem crítica da cultura e dos média.

Entretanto, a partir de 2007 e até 2011, o CECS, em parceria com a Sopcom, editou o Anuário Internacional da Comunicação Lusófona. Temas da revista: Os Media no Espaço Lusófono (2007); Comunicação e Cidadania (2008); Memória Social e Dinâmicas Identitárias (2009); Lusofonia e Sociedade em Rede (2010) e Lusofonia e Cultura-Mundo.

Em síntese, pode dizer-se que, nestes anos, se generalizou o uso da palavra Lusofonia no título dos artigos. Assim como se generalizou a autoria coletiva de artigos. Mas apenas em casos muito específicos, a autoria é partilhada entre investigadores de países diferentes. Refiro-me a um ou outro caso de orientandos de doutoramento que partilham a autoria com os seus orientadores.

CONTINUA NA PRÓXIMA EDIÇÃO

Em marcha, a Educação uberizada



Professores são substituídos por aulas gravadas; as trocas coletivas, pelo ensino remoto; robôs para atender alunos. Discurso de modernização é usado para corte de verbas e precarização. Evitar distopia requer “trabalho vivo” e disputar as tecnologias

Sabemos o quanto cresce o mercado informal e, principalmente com a pandemia, temos ainda mais pessoas desempregadas, desalentadas e trabalhadores em condições precarizadas e pejetizadas [1]. As mudanças tecnológicas, que trazem consigo avanços exponenciais importantíssimos, também atingem e alteram diretamente as formas de exploração da mais-valia [2]. Dentre diversas categorias expostas à pandemia, os professores têm ficado no centro de uma polarização que coloca suas vidas em contraponto a uma pressão pela volta às aulas presenciais. Ao mesmo tempo, avança o debate do ensino híbrido para o pós-pandemia, com práticas de substituição de professores por robôs e turmas lotadas no ensino remoto. Em meio a tudo isso, onde fica o direito à vida digna, à saúde e à educação?

Tecnologia e Trabalho

A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de prestação de serviços mediado pela tecnologia, aumentando a terceirização e a informalidade [3]. Um dos exemplos é o chamado “zero hour contract” (contrato de zero hora), que tem origem no Reino Unido e se multiplica pelo mundo ao permitir contratação de trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas atividades, que ficam o tempo todo a disposição de uma plataforma digital, sem qualquer estabilidade ou vínculo trabalhista; e o chamado “sistema 9-9-6”, o qual significa trabalhar das 9 a.m até as 9 p.m, por 6 dias por semana.

Com a ampliação da informalidade no mundo digital, a expansão dos trabalhos autônomos e do empreendedorismo como suposto prêmio de contraponto à estabilidade do vínculo trabalhista-

ta, configura-se cada vez mais uma forma de assalariamento do trabalho, que frequentemente se traduz no proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho [4].

Como consequência dessas novas relações digitais de trabalho, o processo tecnológico-organizacional-informacional pode eliminar de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho, a qual se torna supérflua e sobranse, sem empregos e sem seguridade social. Assim sendo, mesmo com uma parcela de novos postos de trabalhos sendo criados para demandas cada vez mais complexas e específicas, ainda tem-se um crescente aumento de subempregos e precarização [5].

Na educação, já é possível identificar tal tendência sendo reproduzida para reduzir custos e aumentar os lucros. Seja com demissão em massa de professores em contexto de aulas remotas (na qual aulas superlotadas são distribuídas para uma menor quantidade de professores) ou com robôs utilizados para correção de atividades, existe uma tendência que timidamente se insere principalmente no ensino superior privado pelo Brasil. No extremo da distopia enfrentada, estudantes descobriram que estavam tendo aulas online em 2021 ministradas por um professor falecido desde 2019.

Surgem questões, pois até que ponto o ensino remoto, que deveria expandir e ultrapassar os limites da vivência acadêmica, não irá substituir professores por aulas gravadas? Ou até mesmo limitar a reflexão e o processo de aprendizagem ao inserir Inteligência Artificial e lógicas robotizadas para interagir com os estudantes? Até que ponto será preservada a função social das universidades e garantir o tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão?

Para o mundo do trabalho, a principal consequência poderá ser a ampliação do trabalho morto [6] (mais maquinário digital, Inteligência Artificial, Algoritmos, Big Data e outras tecnologias emuladoras da realidade) como dominante e condutor de todo processo produtivo e com a consequente redução do trabalho vivo.

Ainda assim, é determinante ressaltar que não estão nas novas tecnologias em si os problemas a serem enfrentados, mas sim na instrumentalização destas tecnologias para pautar agendas de precarização do ensino que visam cumprir um desmonte das universidades brasileiras.

Além do mais, especialmente no contexto de ensino-aprendizagem, é impossível dissociar educação e tecnologia; pelo contrário, ambas devem estar associadas pela qualificação do processo formativo.

Educação com Tecnologia

Nesse sentido, a tecnologia – abstrata e impalpável – não deve pautar unilateralmente a metodologia educacional e as práticas pedagógicas. Pelo contrário, a tecnologia – material e traduzida à realidade – deve servir como instrumento para ampliar e qualificar técnicas de ensino e metodologias que possam alcançar ainda mais estudantes. Isto é, não deve existir uma dicotomia e polarização entre “novas tecnologias” vs. “qualidade da educação”, uma vez que tais novas tecnologias podem e devem ser empregadas quando servirem ao princípio de aprimoramento da qualidade da educação. Caso contrário, qual o sentido?

Vale ressaltar que as profundas transformações da indústria 4.0 poderão impactar de diversas maneiras os mais diversos setores da nossa sociedade; e o debate educacional não estará isento deste processo. Se faz necessário debater constantemente este tema no âmbito acadêmico e pedagógico para evitar que o avanço das tecnologias sirvam de argumento para uberizar e precarizar a educação, submetendo nossos professores, estudantes e trabalhadores da educação à barreiras diversas no processo formativo.

Alertar também a tendência do atual Governo Federal brasileiro às políticas de enfraquecimento dos vínculos trabalhistas, menor proteção social e cortes no orçamento na pesquisa e educação. Sendo assim, agendas econômicas, como tal, podem ir ditando a forma com que essas novas relações vão se materializando na sociedade.

Olhando pela assistência social para as relações trabalhistas, por exemplo, na perspectiva do projeto ético-político da profissão, essas reflexões são fundamentais para compreender sob quais condições estarão submetidos trabalhadores e trabalhadoras, observando os mais atuais desdobramentos da Indústria 4.0 e seus impactos na exploração do trabalho, possibilitam formas de intervir que dialogam com as necessidades contemporâneas.

Na práxis, as mudanças tecnológicas nada mais são do que oportunidades de ou se avançar pela democratização de práticas que tragam o bem-estar à sociedade, ou, por outro lado, se concentrar tecnologia para domínio de classes. Cabe ao povo e aos trabalhadores se organizarem para que os rumos de novas tecnologias sirvam exatamente ao próprio povo, especialmente quando diz respeito à educação brasileira. Caso contrário, qual futuro distópico podemos esperar?

Calle2

11 - Dia Mundial da População

Foi a 11 de julho de 1987 que o contador mundial de população chegou aos cinco bilhões de pessoas, inspirando a ONU a criar este dia em 1989 e a comemorar anualmente esta efeméride a 11 de julho.

Estima-se que a evolução da população mundial registre um aumento anual de 75 milhões de pessoas. Quanto à distribuição da população mundial, a maior parte da população encontra-se na Ásia, com a China e a Índia no topo dos países mais populosos do mundo.

O objetivo do Dia Mundial da População é alertar para o planejamento e o desenvolvimento populacional e encontrar soluções para tais questões, quando muita gente não tem acesso a cuidados de saúde, por exemplo.

14 - Dia da Liberdade de Pensamento

A data celebra o direito de todos os profissionais da mídia de investigar e publicar informações de forma livre.

Informação é poder, e por isso a tentativa de controlar os meios de comunicação sempre existiu e se chama censura. A Censura é o contrário da Liberdade de Imprensa, e é comum nos regimes ditatoriais não democráticos. Mas a luta pela liberdade de imprensa é constante, porque mesmo nos regimes democráticos a censura pode aparecer, de variadas maneiras.

Historicamente foram cometidos muitos crimes contra a liberdade de imprensa, principalmente durante a Ditadura Militar no Brasil.

17 - Dia de Proteção às Florestas

Esta data tem o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação das florestas - lar de inúmeras espécies de animais e plantas - para a qualidade de vida da humanidade.

O Brasil abriga uma das mais importantes florestas do mundo: a Floresta Amazônica, conhecida como o "pulmão do mundo".

Floresta Amazônica

Na cultura popular brasileira, a proteção das florestas é personificada na figura mística do Curupira, um espírito mágico que habita as florestas e ajuda a protegê-la da invasão e ataque de pessoas má intencionadas.

Por este motivo, o dia 17 de julho também é considerado o Dia do Curupira, o "protetor das florestas".

Organizações não-governamentais e entidades, como o Greenpeace, por exemplo, aproveitam esta data para realizar ações práticas que possam mostrar para a população os perigos que aguardam a humanidade, caso não seja feito algo para proteger as florestas.

18 - Dia Internacional de Nelson Mandela

Esta data celebra e homenageia a vida e o legado de um dos líderes mais corajosos e admiráveis do mundo!

Nelson Mandela lutou pela construção de uma vida melhor para o seu povo, garantindo a igualdade social, política e econômica para todos os negros que viviam na África do Sul durante o regime do Apartheid.

Após passar vários anos preso, Nelson Mandela foi eleito o primeiro presidente da África do Sul e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, pela sua luta contra o Apartheid.

Mandela morreu em 5 de dezembro de 2013, aos 95 anos de idade.

22 - Dia Mundial do Cérebro

Em 2014, a World Federation of Neurology (WFN), instituiu o Dia Mundial do Cérebro, a 22 de julho, com o objetivo de chamar a atenção para o papel do Cérebro na nossa vida e na descoberta do mundo.

Desde então, e a cada ano que passa, um tema novo serve a mensagem com que se pretende alertar as consciências para as grandes questões do Cérebro e para a importância da sua discussão na qualidade da vida humana. Foi assim que, em 2014, se inauguraram estas celebrações, sendo o Cérebro, enquanto órgão mágico, apresentado ao mundo como o centro da alegria e da tristeza, juntamente com o apelo para que se tornasse o alvo principal de investigação e de reflexão.

25 - Dia do Escritor

Esta data é uma homenagem aqueles que se dedicam às palavras escritas. Sejam nos textos científicos ou fictícios, os escritores precisam ter a grande habilidade de entreter os leitores.

Para isso, é necessário um vasto conhecimento de vocabulários, da gramática e ortografia, além de uma boa dose de criatividade e conhecimentos gerais do mundo.

A nível internacional, os escritores são homenageados em 13 de outubro, data conhecida como o Dia Mundial do Escritor.

A ideia de homenagear todos os escritores no dia 25 de julho surgiu a partir do I Festival do Escritor Brasileiro, organizado na década de 1960 pela União Brasileira de Escritores, sob a presidência de João Peregrino Júnior e Jorge Amado, um dos principais nomes da literatura nacional.



D. Pedro II: um imperador caloteiro

E se um imperador se recusar a pagar a conta do hotel onde ficou hospedado? Aconteceu com D. Pedro II num hotel português.

Estávamos em meados do séc. XIX e D. Maria Henriqueta de Mello Lemos e Alvelos era uma das mulheres mais distintas da sociedade portuense da época, não só por ser da nobreza, como pela sua vertente de empresária. Ela dirigia o Grande Hotel do Louvre, na altura um dos mais luxuosos hotéis do Porto, ocupando a esquina da rua de D. Manuel II com a rua do Rosário. O edifício encontra-se hoje num estado de degradação avançado.

Em finais de fevereiro de 1872, D. Maria recebe um ilustre hóspede no seu hotel: D. Pedro II, imperador do Brasil, e filho de D. Pedro IV de Portugal (D. Pedro I do Brasil). O imperador veio a Portugal em visita particular, incógnito sob o título de Duque de Alcântara, e acompanhado pela sua esposa e uma pequena comitiva de sete individualidades próximas do casal e dez criados. O objetivo da viagem imperial era visitar o Palácio de Cristal, inaugurado sete anos antes, em 1865, com a presença da então família real portuguesa.

A estadia desta comitiva no hotel durou apenas três dias. No último dia, D. Maria apresentou a conta a Nicolau António do Vale da Gama, mordomo da Casa Real Brasileira, tendo a estadia custado 4.500\$00 reis. No entanto, o imperador achou a fatura exagerada, e incumbiu até o cônsul do Brasil no Porto, Manuel José Rebelo, de apresentar queixa em tribunal contra a dona do hotel, que acusou de especulação indevida.

A queixa correu os seus termos e, cinco longos anos depois, a 6 de outubro de 1877, sai a sentença. A razão foi dada a D. Maria Henriqueta, salientando-se que a conta por ela apresentada ao imperador foi justa e não especulativa. Com a vitória, D. Maria dirige-se ao consulado do Brasil a exigir o pagamento da conta em atraso, algo a que o cônsul não acede.

Perante a recusa, toma D. Maria a resolução de ir ao Brasil exigir do próprio imperador o pagamento da conta. E assim fez. Uma vez lá chegada, no entanto, existia a dificuldade de se aproximar do imperador e com ele chegar à fala. Resoluta, decide começar a usar a praça pública para chamar a atenção do seu caso no Rio de Janeiro, algo que os jornais divulgaram e que rapidamente atingiu foros de escândalo.

Por fim, dois portugueses endinheirados que viviam no Rio decidiram pôr fim à situação, chamando D. Maria, pagando-lhe a conta em atraso e pagando-lhe a viagem de regresso a Portugal, algo que ela aceitou. O episódio acabaria por ficar resolvido e caiu no esquecimento da História. Afinal de contas... qual o interesse de relembrar o calote de um imperador?

Quanto a D. Pedro II, voltaria ao Porto dezassete anos depois, na condição de exilado, após a implantação da república a 15 de novembro de 1889. Desta vez, hospedaram-se no Grande Hotel do Porto, na rua de Santa Catarina. Foi num dos quartos desse hotel que, na manhã de 28 de dezembro de 1889, faleceu a imperatriz D. Teresa Cristina Maria.

Sobre a dona do hotel português a quem D. Pedro II ficou a dever dinheiro, pouco se sabe sobre o seu destino. Sabe-se, no entanto, que o edifício do Hotel acabou por ser abandonado e deixado em ruínas. Muito recentemente, as autoridades municipais anunciaram que será recuperado e destinado para habitação. Além de D. Pedro II, passaram por este hotel muitos outros ilustres da época.

Outras curiosidades sobre o Imperador D. Pedro II

Em criança, D. Pedro II tinha o mau hábito de grafitar rochas por onde passava. Mas de todas as vezes que rabiscou o seu nome em rochas, nenhuma ficou tão famosa como a inscrição do seu nome na Pirâmide de Quéops, no Egito. Para culminar, resolveu ainda grafitar um dos sarcófagos da mesma pirâmide.

Apesar de ter fama de recatado, D. Pedro II teve várias amantes. A todas elas jurava promessas de amor genuíno. E isto acontecia ao mesmo tempo. São muitas as cartas para diversas amantes, espaçadas por algumas semanas, onde declara o seu amor eterno por cada uma delas.

Tornou-se Imperador do Brasil com apenas 14 de anos de idade. O seu reinado foi marcado por vários progressos na indústria, nas comunicações e nos transportes. É também nesta época que ocorre a abolição da escravatura no Brasil.

Por ter nascido depois da independência do Brasil, nunca fez parte da linha de sucessão real portuguesa. O trono português, após a morte do seu pai D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), seria ocupado pela sua irmã mais velha, D. Maria II. Portugal e Brasil, 2 países irmãos, ficariam assim governados por... 2 irmãos.

Vortexmag

Sobre caloteiros

Dívida pequena faz devedor, dívida grande faz inimigo. **Caloteiro** é assim, compra o que não pode e se esconde pra não pagar. Deve e ainda por cima fica com raiva de ser cobrado.

Estudo destaca o papel da diplomacia de Daomé no tráfico de escravos para o Brasil



Estudo destaca o papel da diplomacia de Daomé no tráfico de escravos para o Brasil. Ilustração extraída do relato do oficial militar inglês John M'Leod, que esteve em Uidá em 1803. A imagem representa o "dadá" do Daomé em uma plataforma para exibição pública (fonte: *A voyage to Africa with some account of the manners and customs of the dahomian people*, de John M'Leod, Londres, John Murray, 1820)

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados e o último do Ocidente a abolir formalmente a escravidão. Estima-se que 4,8 milhões de africanos tenham sido transportados para o Brasil e vendidos como escravos. Outros 670 mil teriam morrido no caminho. Transcorridos 133 anos desde a abolição formal, esse elemento decisivo na formação da sociedade brasileira é uma ferida que ainda não cicatrizou.

Ao longo de mais de três séculos, três conjuntos de protagonistas combinaram seus interesses para instaurar e efetivar esse negócio abominável: os grandes compradores radicados no Brasil, especialmente ativos nos portos de Salvador e do Rio de Janeiro; os agentes do comércio atlântico (muitos deles europeus), responsáveis por mais de nove mil viagens marítimas da costa africana para o Brasil; e os chefes políticos das sociedades africanas, que guerreavam entre si com o objetivo de aprisionar, escravizar e vender os adversários.

Mercadorias como aguardente, tabaco, tecidos, móveis e animais, obtidas com a venda de escravizados, eram utilizadas por esses governantes para agradar seus apoiadores e se afirmar no poder. Mas, acima de tudo, interessavam-lhes as armas de fogo, com as quais promoviam guerras e conquistavam mais escravizados. "Era um círculo vicioso: as vendas de escravizados lhes davam armas e as armas possibilitavam obter mais escravizados. O comércio de escravizados acirrou rivalidades, estimulou guerras e desarticulou profundamente as sociedades africanas tradicionais", diz a historiadora Marina de Mello e Souza, professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ci-

ências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Seu aluno, Raphael dos Santos Gonçalves, investigou um aspecto menos conhecido desse empreendimento político-comercial: o envio de duas "embaixadas" daomeanas ao Brasil, no período de 1795 a 1805, com o objetivo de estreitar laços com as autoridades coloniais portuguesas e os compradores residentes no Brasil e garantir que estes continuassem adquirindo escravizados fornecidos pelo reino do Daomé (que existiu entre 1600 e 1904, onde atualmente está localizada a República do Benim, na África) e não por reinos rivais. O estudo – "Os 'embaixadores' do comércio de escravos na América Portuguesa: diplomacia entre tensões e tradições (1795-1805)" – contou com Bolsa de Iniciação Científica da FAPESP e, recentemente, foi premiado com menção honrosa no 28º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP (Siicusp).

"A cidade de Salvador, na Bahia, manteve relações comerciais constantes com a região do Golfo do Benim, na qual estavam instalados diversos reinos africanos. Havia uma diversidade de portos escravistas, cada qual sob o mando de um chefe político. De acordo com o historiador Robin Law, a cidade portuária de Uidá, dominada pelo reino do Daomé desde 1727, era a mais ativa nesse comércio. Dela, foram deportados mais de 50% dos escravizados do Golfo", afirma Santos Gonçalves.

As relações entre Uidá e Salvador, e a mútua influência entre os dois espaços, foram estudadas por pesquisadores como Pierre Verger e Mariza de Carvalho Soares. Em uma abordagem ficcional, mas fortemente embasada em dados históricos, essas relações constituem o pano de fundo do premiado romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Mas o trabalho de iniciação científica de Santos Gonçalves avançou além das fontes secundárias e se aprofundou na análise das cartas assinadas pelos reis daomeanos, que foram transcritas pelo historiador Luis Nicolau Parés, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

"A pesquisa mostrou que, antes de enviar 'embaixadas' para o outro lado do Atlântico, a elite política do Daomé já possuía experiência diplomática, dispondo de ampla estrutura física para recepção e tratamento de estrangeiros e de funcionários administrativos preparados para esse tipo de diálogo. As cortesias incluíam até mesmo banquetes servidos à moda europeia em Abomé, a sede do poder daomeano. As autoridades luso-brasileiras, por sua vez, receberam os emissários daomeanos, interessadas que estavam em manter a 'boa harmonia' com os exportadores de escravizados, mas rejeitaram quaisquer propostas de monopólio de comércio", informa Santos Gonçalves.

A partir das reflexões dos historiadores Robin Law e Kristin Mann, a pesquisa de Santos Gonçalves apontou ainda a importância dos interme-

diários da chamada "comunidade atlântica" para a execução dessa diplomacia. Constituída por portugueses, ingleses, franceses, luso-brasileiros e, principalmente, por euro-africanos, filhos de europeus e africanas, essa "comunidade" reunia indivíduos ambiciosos, audaciosos e habilidosos, que dominavam, por assim dizer, as duas culturas e estavam de alguma maneira envolvidos no comércio escravista. Foram esses intermediários que atuaram como escrivães e tradutores das cartas dos reis daomeanos.

O recorte cronológico adotado no estudo englobou dois acontecimentos de grande importância: a visita ao Daomé do padre luso-brasileiro Vicente Ferreira Pires, que esteve na região em 1796 com a missão de converter o "dadá" (título equivalente ao de rei) ao catolicismo; e, no ano seguinte, a sucessão de Agonglo por Adandozan.

"O dadá Agonglo apoiou a visita do padre e disse que queria se converter ao catolicismo. Mas, na iminência do batismo, foi assassinado por opositores políticos, que colocaram seu filho Adandozan no poder", conta Santos Gonçalves.

A sucessão foi um golpe palaciano, que se completou com a escravização da rainha Nã Agontimé, vendida por Adandozan aos traficantes. Embora esse não tenha sido um tema da pesquisa de Santos Gonçalves, vale a pena recordá-lo aqui pela importância cultural e religiosa que veio a ter no Brasil. Segundo Pierre Verger, Nã Agontimé teria sido enviada como escrava a São Luís do Maranhão, onde foi batizada como Mari-a Jesuína. Mas não se converteu ao catolicismo e, depois de liberta, fundou a famosa Casa das Minas, o mais importante templo dedicado ao culto dos voduns em território brasileiro.

"O comércio de escravizados, que se transformou em um empreendimento altamente lucrativo, estimulou essas dissensões, tanto entre diferentes sociedades africanas quanto no interior das próprias linhagens governantes. Os potentados africanos negociavam seus inimigos, fossem eles externos ou internos. Houve conflitos importantes, por exemplo, entre os chefes do Daomé, que tinham seu porto de embarque em Uidá, e os de Oió, que se serviam do porto de Lagos", comenta Mello e Souza.

A historiadora lembra que, exceto em Luanda na primeira metade do século 17, quando a conquista portuguesa foi seguida pela escravização de habitantes locais, os europeus não escravizavam, mas compravam escravizados. A escravização demandava guerras e incursões mais fundas no território. Os europeus concentraram-se nas regiões costeiras, de onde demandavam escravizados, fornecidos a partir de mecanismos internos às sociedades africanas. Foi somente a partir de meados do século 19 que os europeus entraram no interior do continente africano, dando início ao processo de colonização", diz Mello e Souza.

José Tadeu Arantes

25 - Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha

O Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha é celebrado dia 25 de julho. Nessa mesma data, também é comemorado o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Em 1992, um grupo de mulheres negras oriundas dos países da América Latina reuniu-se em Santo Domingos, na República Dominicana, para a realização do primeiro Encontro de Mulheres Negras Latinas e Caribenhãs.

Ali discutiram problemas que afetam a todas as mulheres em geral, como machismo, formação educacional e profissional, maternidade.

No entanto, também trataram de questões específicas, como o racismo, preconceito e a situação de inferioridade que se encontram em relação às mulheres brancas.

A fim de chamar a atenção para esta problemática, a data de 25 de julho ficou estabelecida como o Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha.

Em 2014, de acordo com a Lei Nº 12.987, de 2 de junho, 25 de julho foi instituído o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

Nossa memória no futuro



As duas primeiras décadas do século XX ficaram na memória de brasileiros e europeus como tempos sombrios.

Lá ocorriam guerra, revoluções e uma epidemia, a gripe espanhola. Aqui, além da gripe espanhola, governos fantoches dos bancos ingleses impediam o desenvolvimento nacional. Ao fim, mais guerras e revoluções se seguiram.

Como recordarão estes novos sombrios tempos os filhos e os netos de nossos netos?

Para Europa, a Guerra do Kosovo, uma verdadeira guerra colonial, onde se computaram mais de 12 mil mortos. Aqui, as mortes nem são registradas, de abundantes como retumbou João Cabral de Melo Neto, em Morte e vida Severina, um Auto de Natal Pernambucano (1954-1955):

*"Como aqui a morte é tanta,
só é possível trabalhar
nessas profissões que fazem
da morte ofício ou bazar".*

Nossas mortes aqui e pelo planeta, como violenta pandemia, ganham especial impulso com as desregulações financeiras e a imposição do decálogo excludente conhecido como Consenso de Washington. Estas regras, formuladas em novembro de 1989 por títeres das finanças internacionais, ocupando posição de destaque no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial (World Bank), no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos da América (US Department of the Treasury), impunham:

1 - Disciplina fiscal, evitando grandes déficits fiscais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Que significa que as despesas governamentais não podem garantir a vida, a saúde, a educação, o emprego, a habitação, mas devem sustentar, por abusivos que sejam, os juros, as dívidas financeiras contraídas, mesmo por imposição de bancos e financeiras, a fracos governos e governantes. A Emenda Constitucional n.º 95, promulgada no Congresso Brasileiro em 15 de dezembro de 2016, com epíteto de PEC da Morte, no Governo Temer, limita por 20 anos as despesas com a cidadania, a soberania, o desenvolvimento econômico, social, cultural dos brasileiros, mas não faz qualquer restrição ao pagamento de juros e encargos financeiros.

2 - Redirecionamento dos gastos públicos de subsídios (especialmente subsídios indiscriminados) para uma ampla provisão de serviços essenciais pró-crescimento e pró-pobres, como educação, saúde e investimento em infraestrutura. Desde que previamente satisfeitas as despesas financeiras e observado o Teto de Gastos, como na legislação brasileira vista no item anterior.

3 - Reforma tributária, ampliando a base tributária e adotando alíquotas marginais moderadas. Traduzindo, mais pessoas pagando impostos, mesmo com irrisórios rendimentos de sobrevivência, e "moderação" em rendimentos financeiros,

de especulação ou lucros de qualquer natureza. Fernando Henrique Cardoso fez aprovar que os lucros ou dividendos, apurados a partir de 1º de janeiro de 1996, quando pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, estão isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos do beneficiário, pessoa física ou jurídica (art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995, base legal dos artigos 654, 662 e 666 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99 - Decreto nº 3.000/99). Esta isenção abrange também os lucros e dividendos atribuídos a sócios ou acionistas residentes ou domiciliados no exterior.

4 - Taxas de juros determinadas pelo mercado. Quem é este mercado? Ora, caros leitores, os bancos, as financeiras, aqueles que de forma legal ou nas entrelinhas das legislações, emitem dinheiro ou títulos de dívida. Este "mercado" que vai fixar o mais alto que lhe for possível, no limite da inadimplência generalizada, as taxas de juros.

5 - Taxas de câmbio competitivas. Quem compete senão uma dúzia de instituições que estão legalmente habilitadas a transacionar com moedas estrangeiras? O que vemos é a base para formação do cartel que irá comandar o mercado internacional, protegendo as nações ricas das inevitáveis compras de produtos primários, minerais, petróleo, que não dispõe e os obtém, com amplas margens de lucro, das nações pobres.

6 - Livre comércio: liberalização das importações, com ênfase na eliminação de restrições quantitativas (licenciamento, etc.), proteção comercial a ser fornecida por tarifas baixas e uniformes. Há uma situação curiosa e muito pouco divulgada. Quando a Inglaterra foi o maior Império Colonial, onde o sol nunca se punha, os produtos estrangeiros sofriam sérias restrições para ingressar no mercado inglês. Mas os produtos ingleses, protegidos por canhoneiras e sanções ingressavam, com vantagens, em todos os países. Quando o país colônia exibia, num surto de liberdade, sua capacidade produtiva, competitiva, imediatamente surgiam bandidos que destruíam as fábricas, matavam operários e gerentes, arruinavam os patrões. Que Delmiro Gouveia, Barão de Mauá, e outros tantos brasileiros o confirmem. Livre comércio, para liberais de toda estirpe, é uma via de mão única, garantindo o poder dos colonizadores, hoje, das finanças internacionais.

7 - Liberalização do investimento estrangeiro direto interno. Este "direto" deve ser uma ironia dos colegas do economista John Williamson, do International Institute for Economy (atualmente Peterson Institute for International Economics (PIIE), um think tank estadunidense, baseado em Washington), a quem se atribui o texto base e a denominação do Consenso de Washington. Na condição de capitais anônimos, sediados em paraísos fiscais, com significativa presença do dinheiro das drogas, dos tráficos de pessoas e armas, deve ser uma piada de péssimo gosto, como todas as neoliberais, este "investimento direto".

8 - Privatização de empresas estatais. Muitas empresas estatais foram criadas para áreas estratégicas, onde o domínio do Estado constitui necessidade da soberania nacional. Há Estatais que tiveram origem em empresas estrangeiras que, pela área de atuação estratégica, como da

energia, impunham suas condições aos Governos como pressão para ganhos indevidos e intromissões políticas inaceitáveis. É nitidamente um retrocesso para países que estão se desenvolvendo com autonomia decisória.

9 - Desregulamentação: abolição das regulamentações que impedem a entrada no mercado ou restringem a concorrência, exceto aquelas justificadas por motivos de segurança, proteção ambiental e do consumidor e supervisão prudencial de instituições financeiras. Na verdade, tudo começa com o "liberou geral" dos anos 1980, quando a baronesa Margaret Hilda Thatcher, no Reino Unido, e o ator Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América (EUA), abriram as portas dos Estados para a dominação das finanças internacionais. A partir daí, o capital das drogas, como exemplo, que transitavam em malas, passaram a usar as transferências bancárias e dormir nos overnight, ganhando extraordinário poder. Basta acompanhar, como nos anos 1990 a 1999, e constatar nove trilhões de dólares sem origem definida movimentados legalmente por bancos. E rendendo juros de mercado, preconizado no quarto mandamento deste Decálogo.

10 - Segurança jurídica para direitos de propriedade privada. Hesito entre o ridículo e o pândego deste mandamento, tendo diante de meus olhos o Código Napoleão, de 21 de março de 1804 (30 ventoso, ano XII), Título II Da Propriedade e seus três artigos, a seguir transcritos, na tradução do professor Souza Diniz (Código Civil Francês, Distribuidora Record, RJ, 1962):

"Art. 544 - A propriedade é o direito de fazer e de dispor das coisas do modo mais absoluto, contanto que deles não se faça um uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos.

Art. 545 - Ninguém pode ser constrangido a ceder a sua propriedade, a não ser por motivo de utilidade pública e mediante uma justa e preliminar indenização.

Art. 546 - A propriedade de uma coisa, seja móvel seja imóvel, dá direito a tudo o que ela produz e a tudo o que ela se une acessoriamente, seja de modo natural, seja de modo artificial".

Examinemos, caro leitor, as possíveis razões desta "segurança jurídica". Deveria, além da disponibilidade das coisas, incluir as pessoas, como naquele tempo se dava no Brasil? E assim, de acordo com o artigo 546, eliminar a Lei do Ventre Livre? Ou, o que é mais viável, considerando os capitais marginais, de origem criminosa, movimentando legalmente pelas desregulações, tornar sem efeito o "uso proibido" do artigo 544. Fiquemos por aqui.

E, como uma cereja no bolo das finanças, chega o mortífero covid 19, ceifando vidas, um objetivo necessário para permanente e crescente concentração de renda. Veja que a concentração de renda aumenta o número de miseráveis, despossuídos, que se tornando avassaladoramente numerosos constituirá uma enorme problema para os 1% dos rentistas. Tendo contra eles o crescimento demográfico, precisam de muitas guerras e pandemias para evitar sua destruição.

Talvez seja esta a pesquisa que Joe Biden deseja dos seus órgãos de espionagem, golpes e assassinatos no exterior: como controlar as pandemias. Concluindo como consultor de negócios bursáteis: a conferir.

Pedro Augusto Pinho

A morte da língua indígena – e dos saberes ancestrais.



Da aspirina à morfina, nossa vasta farmacopeia deriva do saber indígena e da biodiversidade. Estima-se que 30% das línguas originárias estão sob o risco de extinção – e

junto, curas para uma civilização ameaçada por vírus e ignorância

As lendas e histórias sobre a magnitude da Biblioteca de Alexandria, no Egito, e a tragédia de sua destruição, por ordem do califa Omar, em 641 da Era Cristã, habitam corações e mentes há séculos. Dizem que é incomensurável o conhecimento perdido nos rolos que foram incendiados para alimentar, por cerca de seis meses, as caldeiras dos quatro mil banhos públicos da cidade. Talvez parte dos rolos perdidos tivesse cópias em outras bibliotecas, como a de Pérgamo ou em coleções particulares. Nunca vamos saber se o que se perdeu ali poderia ter nos conduzido, como espécie, a um caminho melhor, mais justo e mais feliz.

É quase certo que houve perdas monumentais de conhecimentos acumulados em diversos momentos da história da humanidade: cidades destruídas e povos exterminados pontuam nossa trajetória. Mas há outro tipo de perda, não tão visível, não tão notável, mas talvez ainda mais deletéria. Trata-se do desaparecimento do conhecimento vinculado ao uso das plantas, animais e outras espécies.

Inúmeros povos indígenas possuem vastos conhecimentos sobre usos medicinais de plantas, animais e fungos. Esse conhecimento, em geral, está vinculado a um povo ou a um pequeno conjunto de povos que compartilham uma geografia. Em uma pesquisa recente da Universidade de Zurique, na Suíça, cientistas analisaram 3.597 espécies vegetais e 12.495 usos medicinais associados a 236 línguas indígenas na América do Norte, Nova Guiné e noroeste da Amazônia e estimaram que 75% dos usos de plantas medicinais no mundo são conhecidos em apenas um idioma. A tradução imediata e preocupante disso é que se tal idioma desaparece, leva com ele esses saberes à morte.

Muitos desses povos, detentores de tais conhecimentos e falantes dessas línguas, repassam seus conhecimentos via oral e, além disso, seus idiomas não têm registro escrito. Linguistas estimam que haja atualmente no mundo cerca de 7,4 mil línguas e que 30% delas desaparecerão até o final deste século. A pesquisa da Universidade de Zurique também apontou um dado alarmante: as línguas ameaçadas sustentam mais de 86% dos saberes únicos – presentes em apenas um idioma – da América do Norte e da Amazônia e 31% dos saberes únicos da Nova Guiné.

Vale lembrar que muitas das substâncias que usamos hoje na nossa farmacopeia vieram do conhecimento indígena da biodiversidade: a aspirina, derivada da casca do salgueiro; a morfi-

na, das sementes da papoula; relaxantes musculares e venenos poderosos, como a estricnina, derivados do curare, usado por povos indígenas sul-americanos na ponta de suas flechas como arma letal nas atividades de caça, entre inúmeros outros exemplos.

Crise dos antibióticos

Com a pandemia da Covid-19 e a presença insistente de doenças sem cura na nossa sociedade, a busca por novas substâncias ativas é uma atividade incessante. A crise dos antibióticos – que não fazem mais efeito sobre seus alvos – e das drogas contra a dor agrega a esse cenário uma urgência ainda maior. Numa entrevista recente, a diretora-geral do Laboratório Europeu de Biologia Molecular, Edith Heard, declarou que, em 10 ou 20 anos, estaremos morrendo de infecções de bactérias resistentes aos antibióticos. A geneticista chamou atenção que a crescente resistência a esses medicamentos não acontece apenas nos hospitais, mas há resistência aos antibióticos em bactérias do oceano e ainda não se sabe explicar o porquê. Vale lembrar que dobramos nossa expectativa de vida nos últimos 100 anos graças aos antibióticos. Urge que novas soluções surjam para cobrir essa lacuna e parte delas pode passar pela identificação de novas substâncias efetivas contra os micro-organismos resistentes.

A inspiração da natureza na busca por esses novos princípios ativos é um ponto fundamental e, onde há mais biodiversidade, maior chance de encontrar algo interessante. Porém, como procurar uma agulha num palheiro? Ou uma substância ativa, interessante por suas propriedades farmacológicas, no meio de uma floresta como a amazônica? É nesse momento que o conhecimento dos povos indígenas sobre plantas e animais pode fazer a diferença. Apontar a utilização de uma planta ou de uma mistura de plantas no combate a uma doença pode funcionar como um atalho relevante na identificação de novas curas.



Novas doenças

Vale ressaltar aqui, ainda, duas outras dimensões do problema. A primeira é a emergência de novas doenças humanas, inclusive com potencial pandêmico, a cada ano. Segundo a Plataforma Internacional sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), a maioria das doenças humanas infecciosas que surgiram, nas décadas recentes, teve sua origem na vida silvestre e 65% de todos os patógenos humanos descobertos, desde 1980, foram identificados como vírus zoonóticos.

Além disso, as mudanças climáticas e o descongelamento de áreas que estavam congeladas há milhares de anos, estão trazendo à tona milhares de microorganismos. Em 2005, pesquisadores da Nasa ressuscitaram bactérias que estavam congeladas há 32 mil anos em um lago no Alasca e dois anos depois conseguiram trazer de volta à vida bactérias que estavam congeladas há 100 mil anos, na Antártica. Ou seja, bactérias que conviveram com muitas outras espécies de animais e que teoricamente podem causar doenças desconhecidas.

Paralelamente, analisando amostras de gelo de 15 mil anos em uma geleira no Tibete, pesquisadores chineses e norte-americanos encontraram 33 tipos de vírus, dos quais 28 são desconhecidos da ciência. Esses microorganismos podem se combinar com outros que estão presentes entre nós hoje e, na prática, causar muitas novas doenças.

Edith Heard, na entrevista citada acima, lembra que o Polo Norte é um viveiro de diversidade viral e que, há dois anos, foi publicado um estudo que mostra a descoberta de 200 mil novos vírus por lá.

A emergência de tantos novos patógenos vai transformar a identificação de novas substâncias para combatê-los na busca do Santo Graal. Nessa corrida, o conhecimento dos povos indígenas e das comunidades locais acerca das plantas medicinais pode ser de enorme valia.

Outros caminhos do pensamento

A segunda dimensão do problema é que, entre os usos dessas plantas e de outras espécies, talvez haja aquelas que provoquem enorme bem-estar, que tenham efeitos psicotrópicos positivos, que nos permitam sonhos e desejos que nos levem para outros lugares e nos permitam pensar de forma diversa, ajudando a solucionar muitos dos problemas da humanidade.

Dizem que alguns dos rolos queimados como combustível nos banhos públicos de Alexandria continham caminhos jamais trilhados, sequer concebidos por nós. Ideias, pensamentos, sonhos que poderiam nos levar para outros lugares. Perdeu-se tudo, transformado em vapor e fumaça, sustentando as caldeiras dos 4 mil banhos públicos da cidade.

Essas pesquisas recentes deveriam nos colocar na posição ativa de bombeiros diante do incêndio que se avizinha. Perderemos todo esse conhecimento sem nada fazer? O desaparecimento de 86% do conhecimento único de uma floresta como a Amazônia abasteceria as chamas das oportunidades desperdiçadas e das vidas perdidas para doenças que poderiam ter cura por bem mais do que seis meses.

Estima-se que cerca de 350 mil espécies de plantas já tenham sido descritas pela ciência ocidental e que, aproximadamente, 39% delas sofram algum grau de ameaça. Vale notar que, apesar de muito ameaçadas, o conhecimento medicinal acerca das plantas tem desaparecido ainda mais rápido que elas próprias.

Não é, infelizmente, apenas o fim das línguas que tem levado à perda do conhecimento acerca das plantas e de outros seres vivos. A pandemia da Covid-19 tem sido particularmente cruel com as pessoas mais velhas de diversos povos indígenas. A morte dessas mulheres e desses homens, verdadeiros repositórios de saberes sobre a natureza, muitas vezes ainda nem sequer transmitidos para membros de seu próprio povo, agrava o cenário.

Para salvar esses conhecimentos, urge garantir a integridade territorial, física e emocional e as formas de estar no mundo dessas populações. São seus modos de vida, os responsáveis pelos processos que culminam nesse enorme cabedal de saberes.

Nurit Bensusan

Se você fala com os animais, eles falarão com você e vocês conhecerão um ao outro. Se não falar com eles, você não os conhecerá, e o que você não conhece você temerá. E aquilo que tememos, destruímos.

Chefe dan George (Índio norte americano)

Dia Mundial contra o Tráfico de Pessoas

O Dia Internacional Contra o Tráfico de Seres homenageia a campanha realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a prevenção e redução dos crimes associados com o tráfico de pessoas. Este dia foi criado pela assembleia Geral das Nações Unidas em 2013. Essa celebração é uma das iniciativas incluídas no "Plano de Ação Global para Combater o Tráfico de Pessoas". Este plano também foi adotado pela assembleia Geral em 2010. O principal objetivo deste dia é aumentar a conscientização em relação à situação das vítimas do tráfico humano. Da mesma forma, procura promover e proteger os direitos das pessoas que estão em tal situação

Dia Internacional contra o Tráfico de Seres Humanos - Fatos e Citações

O tráfico de seres humanos inclui as atividades criminosas que exploram mulheres, crianças e homens. Essas atividades incluem o trabalho e o sexo forçado. Estima-se que mais de 21 milhões de pessoas em todo o mundo são vítimas de tais atividades.

Questões relacionadas ao tráfico de pessoas são tratadas pelo Gabinete do Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC). Esta entidade apoia os governos dos países membros no que diz respeito ao "Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico".

O Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico define as atividades que constituem o tráfico de pessoas. Da mesma forma, recomenda as ações que devem ser tomadas pelos governos em termos de leis e medidas para prevenir e punir esse crime. O Protocolo dá ênfase especial aos crimes contra mulheres e crianças.

Uma das ações mais importantes tomadas no âmbito do Plano de Combate ao Tráfico de Pessoas foi a criação de um fundo para apoio financeiro. Este fundo destina-se a ajudar as mulheres e crianças que são vítimas de tráfico de seres humanos.

30 - Dia Internacional da Amizade

O Dia Internacional da Amizade é comemorado anualmente em 30 de julho, em vários países do mundo, e tem o objetivo de promover a cultura da paz entre todos os povos, celebrando assim a diversidade cultural e o respeito mútuo.

Nesta data, os amigos costumam trocar mensagens de carinho, afeto e agradecer todo o companheirismo e dedicação.

No Brasil, a amizade é homenageada e colocada em pauta em muitos dias. Os brasileiros celebram o Dia do Amigo em 18 de abril, em caráter não-oficial e, a partir de uma iniciativa que surgiu na Argentina, em 20 de julho celebram o Dia do Amigo e Internacional da Amizade.

A inflação brasileira, os juros e a miséria.



Enfrentar alta dos preços julgando que população consome muito é insano. Ao elevar taxa Selic, BC alavanca a recessão e impulsiona concentração de renda. Sem enfrentar o desemprego e queda da renda, não haverá alívio ao trabalhador.

Nos últimos meses o tema da inflação voltou com força tanto ao noticiário econômico quanto ao bolso da classe trabalhadora. Como inflação é um tema complexo, que relaciona-se intrinsecamente à luta de classes via conflito distributivo, aprofundar nossa compreensão sobre ela é uma tarefa importante.

Em primeiro lugar, a lógica pouco dialética e extremamente formal com que a economia é tratada em manuais tende a nos apresentar alguns conceitos como "bons" e "ruins". Na esteira disso, "déficit público = ruim"; "superávit na conta financeira = bom"; "inflação = ruim" e por aí vai. Esquecem-se os economistas que vivemos em uma sociedade capitalista, portanto, cindida em classes sociais. Dessa feita, nada é "bom" ou "ruim" descolado da avaliação de como distintos indicadores impactam classes sociais distintas. No mesmo exemplo proposto, a lógica formal impede de perceber que pelo próprio princípio das partidas dobradas, que rege a contabilidade social, se o Estado tem "déficit", o setor privado tem "superávit". Assim, em períodos de crise, é desejável que o Estado incorra em déficit para que famílias e empresas possam estar em uma situação superavitária. Por exemplo.

Inflação é outro desses termos. Trata-se de um processo de aumento contínuo e generalizado no nível de preços. Não é nem essencialmente bom nem ruim; é necessário investigar as causas e quem se apropria do excedente gerado. Um exemplo significativo foi a "inflação de serviços" ensejadas nos governos Lula e Dilma I. Esse nível baixo de inflação tinha uma característica redistributiva e estava imerso na luta de classes. O preço mais elevado dos serviços, especialmente dos serviços prestados às famílias, como os feitos pela empregada doméstica, pelo pedreiro, pelo encanador, pela manicure, etc., contribuiu na transferência de parte da renda das famílias mais ricas – que comumente adquirem esses serviços – para as famílias mais pobres – que costumam presta-los.

Além disso, na periferia do sistema capitalista, carente de uma robusta estrutura de oferta, todo o processo de crescimento econômico acelerado vai gerar, no curto prazo, algum nível de inflação, até que oferta e demanda tenham uma trajetória um pouco mais equilibrada. O neoliberalismo, no seu regime de "tripé macroeconômico", constituiu uma arcabouço institucional – o regime de metas de inflação – que impede qualquer tipo de inflação mais elevada, independentemente das suas causas e de quem se beneficia com ela. A política econômica, desde os anos 1990, está centrada na garantia de "estabilidade de preços" a despeito de outros indicadores tão ou mais relevantes, tais como pleno emprego, crescimento econômico ou mesmo estabilidade macro.

Ocorre que a inflação atual, pela sua característica de estar ligada à pressão de custos sobre mercadorias, concorre como um dos principais elementos de concentração de renda. Isso porque, no momento atual, são os serviços que estão deflacionados e as mercadorias e os preços administrados que tiveram seus valores acrescidos. Assim, as famílias mais ricas, que consomem proporcionalmente mais serviços do que bens em relação à sua renda, estão concentrando renda, enquanto as famílias mais pobres estão ficando mais pobres, não só porque são as que em geral prestam esses serviços mas, sobretudo, porque despendem um maior montante da sua renda, justamente, em mercadorias.

O componente que mais pressionou a inflação no mês de maio de 2021 foram os preços administrados, especialmente a energia elétrica, o gás de cozinha e tarifas públicas de esgoto. Se somarmos ao patamar elevado de relativa estabilidade do preço dos alimentos e a queda expressiva da renda dos trabalhadores, o resultado é que os mais pobres estão sem luz, sem gás e sem comida. E quanto mais os pobres ingressam numa situação deletéria, mais eles enfraquecem sua possibilidade de impor barganhas ao mercado de trabalho. Assim, mais se contraem a renda média e mais cai o preço da força de trabalho. Quanto mais cai o preço da força de trabalho, menor é o dispêndio em capital variável e maior é a parcela de mais valor apropriada no processo produtivo.

Para piorar o conflito distributivo, a forma com que a equipe econômica tem enfrentado o tema da inflação atual é ainda mais prejudicial aos trabalhadores. Partindo de uma leitura extremamente dogmática e manualesca da inflação como um problema apenas monetário e ligado a pressões de demanda, o Banco Central do Brasil tem subido, sistematicamente, a taxa básica de juros como forma de conter a pressão inflacionária. O aumento na taxa de juros, por sua vez, não só corrobora a dimensão recessiva do ciclo econômico como transfere ainda mais renda aos mais ricos, via mecanismos de encarecimento dos custos financeiros.

Ou seja, o fenômeno inflacionário atual e a forma como a autoridade monetária atua para combatê-lo – mediante persistentes altas na taxa básica de juros – é mais um elemento de transferência de renda da classe trabalhadora para os donos do capital. A inflação não é um fenômeno técnico ou estritamente monetário. Celso Furtado já nos alertava o quanto a inflação brasileira está ligada ao conflito distributivo, ou seja, à luta de classes.

Juliane Furno

Gazeta Valeparaibana



Não há o que temer no comunismo

Já não é de hoje que toma corpo a esquerda paz e amor. Essa ideia insana de que é possível humanizar o capitalismo. E, nesse diapasão vamos vivendo lutas por políticas públicas, de apaziguamento da miséria, propostas alternativas isoladas que não enfrentam o capitalismo ou ainda a ingênua intenção de um desenvolvimento sustentável no rumo de uma nação com bem estar social. Tudo bem se essas batalhas forem encaradas como reformas necessárias num caminho para outra forma de organizar a vida. Mas, crer nessas propostas como um fim em si mesmas é ilusão. Há que avançar para a ruptura. O capitalismo – já nos mostra o alemão Karl Marx – tem determinações muito claras e nelas não cabem essas propostas. Sua característica principal é a exploração. Sem ela não há capitalismo. Logo...

Os últimos acontecimentos no Brasil, no que diz respeito às ações do judiciário, levaram muitas pessoas a perceber que o Estado existente é um estado de exceção. De repente, aquilo que só valia para os empobrecidos, os negros, os índios, os esquecidos, os trabalhadores assalariados, passou a valer também para os inimigos tradicionais. Quebrou-se o código que funcionava como um acordo tácito: os ricos e os que carregam algum poder tinham tratamento diferenciado. E, de repente começou a brotar o bordão de que “a lei é para todos”, como se isso fosse uma verdade. Não é. O estado de exceção é uma realidade desde a sua formação. Ou alguém acha que lá na Europa, onde essa forma de organização nasceu, o Estado existia ou existe para proteger as gentes. Não. Nunca foi assim. Foi sempre para proteger os que estão no comando, a burguesia, os ricos. E os que estão no comando pertencem a uma determinada classe, que não é a dos trabalhadores. Se, como agora no Brasil, há uma disputa intraclasse, é sempre conjuntural. Logo as abóboras de acomodam e os acordos são refeitos.

Foi Marx quem desvelou essa verdade oculta ao estudar as determinações dessa forma de produção chamada capitalismo. O Estado burguês é o balcão de negócios da classe dominante, é o responsável por fazer acontecer o processo de acumulação de riqueza apenas para alguns, tais como as grandes transnacionais, como a Monsanto, a Odebrecht, as petroleiras e outras. Ele existe para atender aos interesses da minoria que se encastela no poder e governa em nome de todos, sem que os interesses de todos sejam levados em conta. Só o que vale é o interesse da minoria que tem a propriedade privada dos meios de produção, os bancos, as terras, as máquinas, as indústrias, as grandes empresas.

Olhemos o Brasil. A quem representam os legisladores, os que fazem as leis? Representam interesses bem específicos: latifúndio, indústria, igreja. Apenas aqueles que produzem mercadorias, deixando claro que hoje inclusive a fé das gentes é uma mercadoria. A maioria fica de fora. Vez em quando ganha um afago, para aliviar a pressão. Mas, basta que se apresente algum risco aos lucros, e lá são tirados os direitos. Como agora, na reforma trabalhista, no congelamento dos gastos públicos, na reforma da previdência. “Tirem dos trabalhadores. Tirem dos mais empobrecidos. Tirem da maioria”. Essa é a regra. O Estado de exceção agindo, como é da sua natureza.

Qual a saída para isso? Melhorar o capitalismo? Humanizar? Clamar por compaixão?

Não. Há que apostar na comunidade, na constituição comum dos bens. O capitalismo é um metabolismo insaciável, precisa se expandir a todo custo. Não pode parar. Por isso vai passando por cima das gentes. Não há misericórdia.

Marx apontou uma possibilidade: o comunismo. E o que é isso que as pessoas tanto temem? É o uso comum das riquezas, das terras, das fábricas. Cada um recebendo conforme suas necessidades, sem acumulação ou exploração. É uma sociedade em que todos participam, a sociedade do comum, numa convivência em que os que produzem a riqueza também podem usufruir dela. O comunismo é um momento em que até a batalha pela democracia deixa de ser necessária porque ela será capilar. E nesse modo de organização da vida não haverá Estado, porque essa forma é, naturalmente, uma forma de exceção.

Não é sem razão que Marx aponta a necessidade de um processo de transição, no qual ainda haverá Estado. É o que ele chama de ditadura do proletariado, ou Estado proletário. Esse momento histórico seria o momento em que o poder troca de mãos. Sai do controle de uma minoria – como é hoje – para o controle da maioria, os trabalhadores. Ainda será Estado, mas toda a lógica já começará a mudar. Isso pode ser observado no processo cubano, por exemplo. Ainda há um Estado, mas as decisões são todas construídas desde baixo, de maneira coletiva, comunitariamente. E a população conhece e acompanha, deliberando, os destinos da nação. Outro exemplo é a Venezuela, que também exercita esse processo de democracia participativa. Lá, ainda bem menos profundo que Cuba, porque está no começo e não aconteceu uma revolução. As coisas estão sendo construídas no embate cotidiano com a burguesia que tem apoio internacional. Ainda assim, as experiências de construção de uma comunidade do comum acontecem e pululam nos bairros das grandes cidades e nos cantões do país.

No texto “A questão judaica”, de Karl Marx, é possível observar o rico debate que ele levanta sobre a questão do Estado. Ele mostra como, no capitalismo, o Estado aparece como algo exterior à nós, como se fosse alguma coisa distinta da sociedade civil, ou como se fosse ele o ente que organiza a sociedade civil.

Mas, para Marx essa divisão entre Estado e Sociedade Civil é mistificada, não é real. Segundo ele, a sociedade civil e o Estado não são coisas distintas. Pelo contrário. O estado é expressão das contradições políticas que estão postas pela

sociedade civil. É toda a rede de comunicação – que envolve escola, igreja, família e mídia – que cria a ideia de que é o estado quem comanda ou que deve comandar.

Mais uma vez voltamos a Cuba. Lá, é possível perceber com bastante clareza que o estado não é o balcão de negócios da burguesia e tampouco é um aparelho que define como a sociedade deve atuar. O processo é ao contrário. É a sociedade civil organizada que define como o estado tem de atuar, fazendo com que as prioridades da maioria sejam as prioridades do Estado. Por isso não há menino de rua, nem moradores de rua, nem guerra de gangues, nem violências desatadas. Há saúde, educação e moradia para todos. É a população que decide aonde vão os recursos. Apesar de ser um país pobre e cercado pelo imperialismo, esses são direitos dos quais os cubanos não abrem mão. É isso que Marx fala sobre o estado proletário, nele não há cisão, não há dicotomia entre a sociedade civil e estado. É o “mandar obedecendo” tão conhecido pelos povos originários.

Esse é o caminho que Marx aponta para a superação da exploração das gentes e da propriedade privada. Primeiro, uma transição do estado capitalista para o estado proletário. E, depois, o comunismo, esse momento superior no qual o estado passa a ser desnecessário.

Ah, mas como que as pessoas vão fazer sem um estado para organizar tudo? Ora, as pessoas vão organizar. Como vai ser? Bom, não há respostas prontas. Essa é uma estrada para ser aberta, pavimentada e embelezada. Cada povo haverá de encontrar, a partir de suas próprias especificidades, a maneira de organizar a vida. Isso não é um sonho. Tem sido real ao longo da história em muitas comunidades e em várias épocas. Propostas como o sumac kausai (o bem viver), ou o sumac qamaña (o viver bem), dos povos originários mostram que é possível constituir uma nova forma de organizar a vida, que não esteja fundada na exploração do trabalho alheio, muito menos na propriedade privada. É o retorno do comum, da vida boa para todos e não apenas para alguns.

Como é possível que se busque preservar uma sociedade na qual três ou quatro homens sejam donos de mais da metade das riquezas geradas pelos trabalhadores? Como pode ser considerada diabólica uma proposta que pretenda tornar comum a riqueza, que acabe com a fome, que torne desnecessária a fuga, a morte e o desespero?

O comunismo só é diabólico para esses e essas que acumulam a riqueza gerada pelos bilhões de trabalhadores. São eles os que têm medo. E como têm poder, eles divulgam esse medo como se tivesse de ser o medo de todos. Não tem! Os trabalhadores, os despossuídos, os migrantes, os empobrecidos não tem nada a perder a não ser os seus grilhões. É tempo de pensar sobre isso, entender a realidade e avançar para um tempo novo.

Insisto. Não há o que temer. Pode ser um salto no escuro, pode ser difícil, mas, certamente será melhor do que é. O capitalismo é uma ilusão. Ele só produz morte e dor para a maioria. É tempo de virar esse jogo. Nós podemos.

Elaine Tavares